



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A DISTÂNCIA**

ANA PAULA GOMES PEREIRA GONZAGA

**GÊNERO E PODER LOCAL – UMA MEMÓRIA DA PRESENÇA FEMININA NO
PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE AREIA, PARAÍBA DE 1959 A 2014**

**CAMPINA GRANDE - PB
2014**

ANA PAULA GOMES PEREIRA GONZAGA

**GÊNERO E PODER LOCAL – UMA MEMÓRIA DA PRESENÇA FEMININA NO
PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE AREIA, PARAÍBA DE 1959 A 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino à distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) III – Gestão Municipal, Semestre 2014.2

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Echeverría Barrancos

**CAMPINA GRANDE -PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G638g Gonzaga, Ana Paula Gomes Pereira
Gênero e poder local uma memória da presença feminina no
poder legislativo no Município de Areia, Paraíba de 1959 a 2014
[manuscrito] / Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga. - 2014.
66 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba,
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância,
2014.

"Orientação: Prof^a. Jacqueline Echeverría Barrancos,
Secretaria de Educação à Distância".

1. Memória. 2. Gênero Feminino. 3. Município de Areia 4.
Poder Legislativo. I. Título.

21. ed. CDD 304.4

ANA PAULA GOMES PEREIRA GONZAGA

**GÊNERO E PODER LOCAL – UMA MEMÓRIA DA PRESENÇA FEMININA NO
PODER LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE AREIA, PARAÍBA DE 1959 A 2014**

Aprovada em: ___/___/_____.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino à distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) III – Gestão Municipal, Semestre 2014.2

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Jacqueline Echeverria Barrancos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Fernanda Mirelle de Almeida Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele.

À Coordenadora do Curso de Administração Pública, Professora Jacqueline Echeverría Barrancos, por todo apoio dispensado.

À Professora Maria da Conceição Gonçalves Pereira Araújo, pelas valiosas sugestões e contribuições na leitura final deste trabalho.

Aos meus pais Paulo Gomes Pereira e Aurimar Alves da Silva Gomes pelos ensinamentos, conselhos e incentivos, ao meu irmão Carlos César; ao meu ao esposo Severino Gonzaga Neto que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades; e aos meus filhos Thayse Gonzaga Gomes e Thiago Gonzaga Gomes, jóias preciosas, pelo carinho e companheirismo prestados nas horas difíceis.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, em especial, Jacqueline Echeverria Barrancos coordenadora do Curso, à Prof^ª. Geuda Anazile da Costa Gonçalves, Kaline Di Pace, Antonio Germano Ramalho, Sandra Maria Araújo de Souza que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos tutores e funcionários da UEPB, Dellany Maria Dantas Souza, Alisson Gustavo e Dayse Alves dos Santos pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

As minhas amigas incentivadoras deste curso: Madele, Norma Maria, Manuela, Nila, Bel, Ivana e Tatyane Sales, ao amigo Christophone de Melo por ter me ajudado na finalização do trabalho.

Á todas as vereadoras entrevistadas, à Silvia Perazzo e Beatriz Perazzo pela enorme contribuição dada a este trabalho.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

RESUMO

Um olhar específico do ponto de vista do gênero feminino em um passado recente no poder Legislativo no Município de Areia na Paraíba entre 1959 a 2014 justifica sua relevância pelo atual momento político e histórico da presença feminina no Brasil. Em frente a um processo de longa duração histórica de lutas e reivindicações das mulheres contra a situação de opressão e invisibilidade vivenciada pelas mesmas, este estudo tem como objetivo geral sistematizar alguns pontos de reflexão a respeito da memória e participação da mulher na Câmara Municipal de Areia, a partir da identificação de informações significativas no tocante à atuação feminina, mediante registros existentes, e identificação das dificuldades vivenciadas pelas mulheres que atuaram e que ainda atuam no Poder Legislativo e como a questão de gênero vem sendo interpretada na sociedade, nortearam o problema da pesquisa. No que diz a respeito ao delineamento da pesquisa optou-se pelo estudo de caso pelo seu caráter e natureza exploratória e qualitativa. Os dados da pesquisa foram coletados por intermédio da aplicação de questionários e entrevista como forma de aprofundar as informações. A amostra selecionada contou com a participação de dez mulheres, sendo que das sete parlamentares já atuam como vereadoras e uma na atualidade, ao passo que as outras duas foram escolhidas por terem vivido importantes acontecimentos no processo político e histórico da cidade. Dessa amostra cinquenta por cento participaram efetivamente dos questionamentos citados na entrevista. Os resultados conclusivos nos possibilitou entender que participação das mulheres na política contribuiu bastante para uma nova realidade na democracia e na cidadania, apesar da cidade de Areia ser habitada por uma população machista e com pensamentos arcaicos e paternalista essas guerreiras quebraram a voz do silêncio e ocuparam os postos decisórios de poder político.

Palavras-chave: Memória. Gênero feminino. Município de Areia Poder Legislativo.

ABSTRACT

The theme of the study is justified as the current political and historical moment of our country. In front of a historic long-term process of struggles and demands of women against the situation of oppression and invisibility experienced by them. The focus of this work is given to women's participation in political, particularly in the legislative branch in the village of Sand in the last fifty-five years. The object of study is not only raising the profile of women's participation in the Municipality of Sand, but bring meaningful information regarding the female engagement through existing interviews and records as well as the difficulties experienced by women who worked and still work in Congress and as a gender issue has been interpreted by society areiense. O general objective of the study is not only raising the profile of women's participation in the Municipality of Sand, but bring meaningful information regarding the female engagement through existing records as well as the difficulties experienced by women who worked and still work in the legislature and as the gender issue has been interpreted in society. As regarding the study design was chosen for the case study for their depth of character and detail. The case study is also characterized by a deepening of the problem / issue and its relation to reality. The data collection was carried out through interviews and questionnaires, interviews in relation to the sample consisted of ten women seven already put up with as councilors and an active, the other two were chosen because they have lived important events in the political and historical process of the city. This sample fifty percent actually participated in the questions mentioned in the interview. The conclusive results allowed us to understand that participation of women in politics contributed greatly to a new reality in democracy and citizenship, despite the city of Areia is inhabited by a population sexist and archaic and paternalistic thoughts these warriors broke the voice of silence and occupied decision-making positions of political power.

Keywords: Memory. Females. Areia Legislature.

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1. Eleições estaduais total de candidatos para Câmara do Brasil 2014	27
Quadro 2. Estados sem mulheres eleitas na Câmara dos Deputados Federais 2014	27
Quadro 3. Estados com maior Porcentagem de mulheres eleitas	28
Quadro 4. Mulheres em disputa nas eleições gerais	29
Quadro 5. Prefeitas eleitas em âmbito municipal no Brasil, no Nordeste e na Paraíba 1993-2016	31

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1. Registro antigo na Sessão da CMA	47
Figura 2. Registro antigo da Sessão Especial na CMA	49
Figura 3. Maria Monteiro das Dores Baracho	51
Figura 4. Maria das Neves Sales de Araújo	52
Figura 5. Verônica Cunha Lima	52
Figura 6. Dilza de Almeida Machado	52
Figura 7. Izabel da Cunha Lima	53
Figura 8. Maria do Socorro Santos	53
Figura 9. Maria Lúcia Souto dos Santos	54
Figura 10. Sandra Sousa de Sales Gondim	55
Figura 11. Marluce Maurício de Oliveira	56
Figura 12. Nelma Carneiro Cavalcante	57
Figura 13. Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga	58
Figura 14. Severina Raimundo da Silva	59
Figura 15. Vanilda Honório	59

LISTA DE GRÁFICOS

Página

Gráfico1. Participação Histórica da mulher na Câmara Municipal de Areia/PB

49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPB	Assembleia Legislativa da Paraíba
CMA	Câmara Municipal de Areia
CEFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PRB	Partido Republicano Brasileiro
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 O ESPAÇO DA MULHER E SUA LUTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	15
3 HISTÓRIAS E CONQUISTAS DA ATUAÇÃO FEMININA	20
3.1 NAS ENTRELINHAS DA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS FEMININAS	20
3.2 UM BREVE APANHADO SOBRE A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL	20
3.3 AS PIONEIRAS	24
3.3.1 Areia sobre novos olhares	35
3.3.2 Retalhos da presença feminina na política da cidade de Areia-PB	38
3.3.3 Mudança Cultural e Ações Afirmativas	42
4 METODOLOGIA	44
5 A CONQUISTA DA MULHER AREIENSE NO CENÁRIO POLÍTICO: ENTRAVES, LUTAS E VITÓRIAS	45
5.1 SOBRE A CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA-PB	46
5.2 ABRAM ALAS, ELAS ESTÃO CHEGANDO	47
5.3 AFINAL, QUEM SÃO ELAS? PORQUE RAZÕES DECIDIRAM ENTRAR NA POLÍTICA?	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE	66

1. INTRODUÇÃO

1.1. Atuação das mulheres na política: pontos da história

A participação política das mulheres contribuiu para construção da democracia e da cidadania, uma vez que elas constituem mais da metade da população brasileira. No entanto é relevante enfatizar que a questão da participação da mulher na política ainda é um fenômeno em construção; os espaços políticos inicialmente ocupados pelos homens ainda estão permeado por concepções preconceituosas da não preparação da mulher para assumir cargos públicos com efetiva possibilidade do exercício do poder.

O presente trabalho versa sobre Gênero e Poder Local – Uma avaliação da Presença Feminina no poder Legislativo no município de Areia, Paraíba, de 1959 a 2016. O estudo do tema se justifica conforme o atual momento político e histórico do nosso país. Em frente a um processo de longa duração histórica de lutas e reivindicações das mulheres contra a situação de opressão e invisibilidade a que eram submetidas, visto que, essas disparidades entre homens e mulheres existentes desde os nossos primórdios, resultaram na condição marginalizada feminina em muitos aspectos, não obstante, as transformações que as relações humanas vêm galgando no sentido de igualdade entre os gêneros.

Portanto, este estudo tem como objetivo geral sistematizar alguns pontos de reflexão a respeito da memória e participação da mulher na Câmara Municipal de Areia, a partir da identificação de informações significativas no tocante à atuação feminina, mediante registros existentes, e identificação das dificuldades vivenciadas pelas mulheres que atuaram e que ainda atuam no Poder Legislativo e como a questão de gênero vem sendo interpretada na sociedade, nortearam o problema da pesquisa.

O enfoque desse trabalho é dado à participação feminina na conjuntura política, particularmente no Poder Legislativo no município de Areia nos últimos 54 anos. O objeto de estudo não é somente dar maior visibilidade à participação da mulher na Câmara Municipal de Areia, mas trazer informações significativas no tocante à atuação feminina através de entrevistas e registros existentes como também identificar as dificuldades vivenciadas pelas mulheres que atuaram e que ainda atuam no Poder Legislativo e como a questão de gênero tem sido interpretada pela sociedade areiense.

O interesse por esse estudo surgiu mediante a necessidade de informações sobre a memória e a participação da mulher na Câmara Municipal de Areia e a sua enorme

contribuição na história política e social, visto que, há poucos registros sobre o referido tema. As experiências das atoras envolvidas no processo de construção, traz um novo olhar sobre a perspectiva da mulher na direção pública e da representação política ao longo da história escrita e vivida por árduas e incansáveis lutas dentro e fora dos bastidores políticos.

O tema proposto se enquadra no contexto da pesquisa desenvolvida pela autora durante o período de oito meses, onde buscou através de registros documentais e entrevistas com as atoras e familiares envolvidas durante pesquisa, haja vista que a história política da cidade de Areia-PB foi escrita pelas mãos de homens.

O trabalho apresenta um histórico importante sobre a emancipação e efetivação das parlamentares ao longo da história no município de Areia e no processo de construção social e político que trouxeram mudanças significativas nas relações de poder e sua representatividade.

Neste sentido, o tema proposto será objeto de reflexão sobre a manifestação da presença feminina na vida política, rompendo as vozes e o enredo da política tradicional desenvolvida pelos homens e por seus comandos que durante muito tempo dominaram e mantiveram as rédeas da situação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O ESPAÇO DA MULHER E SUA LUTA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O trabalho das mulheres vai sendo gestado no próprio ato de caminhar por si próprias, falando sua linguagem, deixando de ser o eco da palavra dos outros (BRANDÃO & BINGEMER, 1994). Essa luta tem sido importante, pois a presença de mulheres vem alavancando os mais variados espaços da sociedade brasileira. Visto que, no compasso dessa árdua caminhada a construção da imagem feminina vem se delineando nesses últimos anos, principalmente no tocante à vida política, muito embora saibamos que os avanços têm ocorrido ainda de forma tímida. Mas se levarmos em consideração os moldes patriarcais e masculinos que outrora existiam, podemos considerar que, aos poucos, a questão da desigualdade de gênero vem permeando sobre novos horizontes e construindo uma nova história dentro da esfera social e política. O grito e voz outrora pareciam ecoar apenas no imaginário feminino, hoje a sua fala e a sua atitude caminham no mesmo sentido da mudança, da transformação e das conquistas dentro dos espaços de poder.

A Constituição de 1988 avançou no sentido da busca pela equidade material como princípio, e não apenas formal entre os gêneros, abrindo caminhos para alterações legislativas, com o intuito de tentar eliminar as disparidades entre gêneros. Neste aporte em 30 de setembro de 1997 foi aprovada a primeira lei que reservava cotas por gênero nas candidaturas dos partidos políticos para as eleições proporcionais em todo país, era a lei n.º 9.504. Após reformulações, foi instituída a lei 12.034/2009, que realizou alterações em seu texto, obrigando os partidos a preencherem as vagas (TCE, 2014). Mesmo com o advento das cotas nas eleições brasileiras, a presença das mulheres na política institucional ainda é excessivamente baixa.

É inegável que a mulher vem buscando desempenhar e potencializar sua participação no âmbito político e que neste sentido o interesse feminino vem desconstruindo o olhar machista sobre o Parlamento Nacional. Essa luta feminina pelos espaços de poder vem somando alguns avanços. Nosso maior exemplo é o cargo da Presidente da República, representado por Dilma Rousseff, onde pela primeira vez na história do nosso país uma mulher ocupa esse cargo tão importante. É bom lembrar que, em seu discurso de posse Dilma ressaltou que teria como meta honrar as mulheres brasileiras. Para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural, nos remete a indagar se o fato de termos uma mulher na instância máxima do poder político no Brasil minimiza a baixa representatividade do gênero feminino nas demais esferas.

Para Brandão & Bingemer, o trabalho das mulheres vem sendo gestado no próprio ato de caminhar por si próprias, falando sua linguagem, deixando de ser o eco da palavra dos outros (BRANDÃO & BINGEMER, 1994).

Segundo Rabay (2010), as primeiras feministas tinham ideais democráticos de igualdade e liberdade, representados mais diretamente pelo direito à participação na vida mais ativa na política como também na sociedade.

A luta pelo voto feminino foi sempre o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial e o movimento pelo sufrágio veio conduzir essa porta de entrada para as feministas.

Em alguns estados, era comum tratar a sufragista como “uma revoltada que procura abafar seus procedimentos, querendo não ser companheira do homem, mas sua rival”... (VIEIRA, pg 08, 1922).

Na época, embora de forma negativa, isso sinalizava um debate que animava os círculos políticos e culturais da capital paraibana e, em especial, os setores identificados com o Movimento Tenentista, Modernista e Socialista, a exemplo do que ocorria nas grandes cidades do país (RABAY, 1996).

Nos últimos anos, crescem as reflexões, articulações e manifestações do movimento de mulheres e feministas, em torno da questão do acesso ao poder e do chamado empoderamento das mulheres. Essa também vem sendo a postura da bancada feminina no Congresso Nacional que, recorrentemente, articulada com diferentes organizações de mulheres, vem realizando ações com o objetivo de incentivar a participação de mais mulheres no âmbito do legislativo e nos demais espaços de poder. As parlamentares eleitas e as feministas militantes de partidos políticos têm influenciado seus partidos na criação de núcleos, coordenações ou articulações de mulheres, ao mesmo tempo em que têm contribuído para a introdução da política de cotas em algumas das direções partidárias. (CFEMEA, 2000).

Após Celina Guimarães Viana ter conseguido seu título eleitoral, um grande movimento nacional levou mulheres de diversas cidades do Rio Grande do Norte, e de mais outros nove estados da Federação, a fazerem a mesma coisa.

Em 1928, na Paraíba, quando teve início o governo de João Pessoa, foi instaurada uma reforma tributária que, se opondo aos interesses dos “coronéis” do açúcar, desencadeou um conflito entre as classes dominantes. A imprensa oficial, através do Jornal da União, registrou a tímida presença feminina em todos os acontecimentos políticos. Durante a Revolta de Princesa, as mulheres arrecadaram dinheiro, joias, balas e armas, para ajudar os soldados a combater os “bandidos da Princesa” (RABAY, 2010).

Em 1929, Getúlio Vargas e João Pessoa foram candidatos da oposição à Presidência da República. Na ocasião, as mulheres se integraram à Campanha da Aliança Liberal e fundaram, em Campina Grande, em cinco de Janeiro de 1930, a Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão, que tinha como objetivos principais a propagação das ideias da Aliança Liberal e a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência do Brasil (RABAY, 2010).

Segundo Rabay (2005), a partir da Revolução de 1930, iniciou-se, em todo o país, uma fase de intervenção sistemática e direta do Estado, não só no processo de acumulação capitalista, mas em diversas outras esferas da vida social, política e cultural. Nessa conjuntura, em 1932, o governo inconstitucional de Getúlio Vargas aprovou um código Eleitoral, que estendeu às mulheres o direito ao voto. Tal conquista deve ser atribuída, entre outros fatores, à mobilização das mulheres em organizações femininas e à perseverança e ousadia de algumas, individual e solitariamente (RABAY, 2005).

Há 82 anos, com a aprovação do Código Eleitoral de 1932, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar e de serem votadas em âmbito nacional. A luta de mais de 100 anos obteve êxito no dia 3 de maio de 1933, quando, pela primeira vez, uma mulher votou e recebeu votos na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, o sexo feminino é maioria dentre os eleitores do país, porém, a participação efetiva de mulheres nos rumos da política brasileira ainda é significativamente menor que a de homens (TSE, 2014).

Em três de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, votou e foi votada. A luta por esta conquista durou mais de 100 anos, pois o marco inicial das discussões parlamentares em torno do tema começou nos debates que antecederam a Constituição de 1824, a qual não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício (TSE, 2013).

Nos meados de 1934, as mulheres da cidade de Areia-PB viviam de acordo com as regras do patriarca, regidas de forma dura e personificada, onde o machismo imperava sobre toda a educação e as tarefas do lar. As mulheres não tinham liberdade de pensamentos, eram privadas de emitir qualquer opinião que contrariasse o pai. Muitas escreviam suas ideias em cadernos, onde faziam anotações e desabafos que eram escondidos em caixas e trancados com cadeados, disse Beatriz Perazzo, 92anos.

Para Rabay, no Nordeste o número de prefeitas eleitas tem sido maior que a média nacional desde 1966. Nas eleições de 2012 não foi diferente e na Paraíba o número de mulheres eleitas para o executivo municipal superou a média nordestina: 49 mulheres

conquistaram a prefeitura, atingindo 22% dos municípios, atualmente o maior percentual de prefeitas no país (RABAY, 2013).

Logo após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em setembro de 1995, em Beijing/China, a bancada feminina no Congresso Nacional, influenciada pelas experiências exitosas de outros países e pelo contexto dessa conferência, que teve entre os seus objetos de debates e resoluções a temática do acesso ao poder, se articula e propõe que se inclua, na legislação eleitoral brasileira, um artigo assegurando uma cota das vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres (GROSSI, 2001).

Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº. 9.100, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres. Em 1997, após esta primeira experiência eleitoral com cotas, a Lei nº. 9.504, estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional – Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Distrital – e altera o texto do artigo, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer um dos sexos (SENADO, 1997).

Na Paraíba, no período 1997-2000 houve uma redução da presença feminina nas prefeituras paraibanas, que passou de 8,2%, no período 1993-1996, para 5,82%, por causa da criação de novos municípios, mas também diminuindo o número absoluto de prefeitas de 14 para 13. Entretanto, em 2000, o número absoluto de prefeitas eleitas aumentou para 17, muito embora, em termos percentuais (7,62%), tenha se mantido abaixo do índice de 1993. Nas eleições de 2004, foram eleitas 27 mulheres para as prefeituras no interior da Paraíba, alcançando-se, em relação ao total de municípios, o índice de 12,1%. Em 2008, continuou crescendo o número de paraibanas que conquistaram o poder executivo municipal, passando para 36 prefeitas e representando 16,2% do total de eleitos no estado (RABAY & CARVALHO. 2010 p. 28).

Uma pesquisa realizada pelo TSE mostra que as mulheres tornaram-se a maioria dos votantes nas eleições gerais de 2010, quando 51,82 % dos 135 milhões de eleitores eram do sexo feminino (TSE, 2013).

Nas eleições municipais do ano passado, em todo o Brasil foram eleitas 657 prefeitas, que correspondem a 11,84% do total das 5.568 vagas, e 7.630 vereadoras, o equivale a 13,32% dos eleitos (TSE, 2013).

O atual município de Areia, localizado na microrregião do Brejo da Paraíba, está implantado no lado oriental do relevo íngreme da serra da Borborema, a 622 metros de altitude, com uma extensão territorial de 630 Km². Sua ocupação se deu no século XVIII

devido à introdução de colonizadores e comerciantes no interior da Capitania da Paraíba (ALMEIDA, 1957).

Segundo Beauvoir atenta para uma questão fundamental: as mulheres não se enxergam como sujeitos, não possuíam uma identidade social própria. A contribuição de Simone de Beauvoir foi essencial para o feminismo, pois ela chamou a atenção para o fato de que a luta de classes não libertaria, automaticamente, as mulheres. Ela expressa a ideia básica do feminismo quando diz que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para ela era necessário construir uma identidade feminina, um “sujeito feminino” capaz de identificar suas peculiaridades. A sociedade não se dividia somente entre classes, mas também entre sexos, e sem uma consciência da opressão sofrida pela mulher a divisão sexual do trabalho era um problema que não se resolveria:

Em verdade, a natureza, como realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem “nós”. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em “outros” os burgueses, os brancos. As mulheres – salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas – não dizem “nós”. Os homens dizem “as mulheres”, e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito. (BEAUVOIR, 1980, p. 13)

As ações afirmativas são providências tomadas com intuito de combater a discriminação e desigualdades sociais historicamente acumuladas através de medidas compensatórias, visando garantir a equidade de oportunidades e tratamento do sujeito (SILVA, 2012)

Na definição de Bernardino:

Ações afirmativas são entendidas como política que pretendem corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas. Para tanto, concedem-se vantagens competitivas para membros de certos grupos que vivenciam uma situação de inferioridade a fim de que, num futuro estipulado, esta situação seja revertida. Assim, as políticas de ação afirmativa buscam, por meio de um tratamento temporariamente diferenciado, promover a equidade entre os grupos que compõem a sociedade (JOAZE BERNARDINO. Pg.247-273,2002).

É o exercício da liberdade, em situações concretas, que move o homem, que gera a incerteza, que leva à produção de sentidos, que impulsiona a ultrapassagem de certos limites (SARTRE, 1978)

3 HISTÓRIAS E CONQUISTAS DA ATUAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

3.1 Nas entrelinhas da história de lutas e conquistas femininas

Neste capítulo faremos uma abordagem de forma resumida sobre a inserção das lutas e conquistas das mulheres e sobre a sua emancipação no contexto social, cultural e político. Pensar no papel social desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira (mais especificamente sob a ótica da política) é sempre um exercício interessante, principalmente quando levamos em consideração uma sociedade como a nossa, construída sob a égide do machismo, do patriarcalismo, na qual o homem sempre ocupou o espaço público e a mulher, o privado.

Nesse pequeno traçado, apontaremos o trajeto que essas guerreiras percorreram de forma incansável onde contribuíram imensamente com a nossa história. Esta, por sua vez, já há algum tempo vem se consolidando, oportunizando ainda mais a participação das mulheres em todas as esferas políticas e sociais.

3.2 Um breve apanhado sobre a Conquista do voto feminino no Brasil

Ao contrário de outros países, o movimento pelo voto feminino no Brasil teve início com um Constituinte, o médico e intelectual baiano César Zama, que numa sessão histórica em 30 de setembro de 1890, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, defendeu o sufrágio universal para que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do País. Em janeiro de 1891, o Constituinte Almeida Nogueira, defendeu a participação das mulheres como eleitoras e lembrando a todos que não havia legislação que restringisse seus direitos e também, que o Projeto da Nova Constituição não cerceava esse exercício cívico. Na mesma época, o republicano José Lopes Trovão, ao discutir a Declaração de Deveres constante na Constituição, defendeu essa causa como uma reparação tardia e necessária à dignidade das mulheres brasileiras. Mas, suas palavras foram contestadas pelos adversários e contrários à ideia taxada como feminista. Venceram os inimigos que eram fortes e em maior número. No início dos trabalhos do Projeto da Constituição em janeiro de 1891, trinta e um constituintes assinaram uma emenda de autoria

de Saldanha Marinho, conferindo o voto à mulher brasileira. Mas, a pressão machista foi tão grande que, Epiácio Pessoa que havia subscrito a emenda, dez dias depois, retirou o seu apoio. Entre aqueles que foram signatários da emenda constitucional estavam Nilo Peçanha, Érico Coelho, Índio do Brasil, César Zama, Godofredo Lamounier e Hermes da Fonseca (D^o ALKMIM,2006).

O movimento decisivo para a conquista do voto pelas brasileiras chegou com a bióloga Bertha Lutz, que após uma temporada de estudos em Paris, trazia para o Brasil em 1919, os ideais sufragistas e se aliando à militante anarquista Maria Lacerda de Moura, fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 passou a se chamar Federação pelo Progresso Feminino (D^o ALKMIN.2006).

Em fins do século XIX e início do século XX as ideias feministas de emancipação política encontraram o eco no Brasil através das sufragistas. Na década de 1920, o Sufragismo, movimento de luta pelo voto das mulheres, se tornou uma expressão política organizada através da Federação Brasileira para o Progresso Feminino - FBPF, criada em 1922. A partir de então, surgiram em diversos estados as Ligas e Associações pela Emancipação Feminina, fortalecendo a luta da FBPF pelo direito à plena participação política (RABAY, 2010).

Segundo Rabay (2010), as primeiras feministas tinham ideais democráticos de igualdade e liberdade, representados mais diretamente pelo direito à participação na vida mais ativa na política como também na sociedade.

A luta pelo voto feminino foi sempre o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial e o movimento pelo sufrágio veio conduzir essa porta de entrada para as feministas.

Em alguns estados, era comum tratar a sufragista como “uma revoltada que procura abafar seus procedimentos, querendo não ser companheira do homem, mas sua rival”... (VIEIRA, 1922).

Na época, embora de forma negativa, isso sinalizava um debate que animava os círculos políticos e culturais da capital paraibana e, em especial, os setores identificados com o Movimento Tenentista, Modernista e Socialista, a exemplo do que ocorria nas grandes cidades do país. (RABAY, 1996).

O exercício desses direitos foi introduzido no ano anterior, com a aprovação do Código Eleitoral de 1932, que, além dessa e de outras grandes conquistas, instituiu a Justiça Eleitoral, que passou a regulamentar as eleições no país.

Em três de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, votou e foi votada. A luta por esta conquista durou mais de 100 anos, pois o marco inicial das discussões parlamentares em torno

do tema começou nos debates que antecederam a Constituição de 1824, a qual não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. (TSE, 2013).

Logo após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em setembro de 1995, em Beijing/China, a bancada feminina no Congresso Nacional, influenciada pelas experiências exitosas de outros países e pelo contexto dessa conferência, que teve entre os seus objetos de debates e resoluções a temática do acesso ao poder, se articula e propõe que se inclua, na legislação eleitoral brasileira, um artigo assegurando uma cota das vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres (GROSSI, 2001). Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº. 9.100, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres. Em 1997, após esta primeira experiência eleitoral com cotas, a Lei nº. 9.504, estende a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional – Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara Distrital – e altera o texto do artigo, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer um dos sexos (SENADO, 1995).

As duas leis foram aprovadas pelo Congresso Nacional, recebendo também apoio de grande parte da bancada masculina. A aprovação da lei vem estimulando reflexões e ações da sociedade brasileira sobre a participação das mulheres nos espaços de poder.

Nos últimos anos, crescem as reflexões, articulações e manifestações do movimento de mulheres e feministas, em torno da questão do acesso ao poder e do chamado empoderamento das mulheres. Essa também vem sendo a postura da bancada feminina no Congresso Nacional que, recorrentemente, articulada com diferentes organizações de mulheres, vem realizando ações com o objetivo de incentivar a participação de mais mulheres no âmbito do legislativo e nos demais espaços de poder. As parlamentares eleitas e as feministas militantes de partidos políticos têm influenciado seus partidos na criação de núcleos, coordenações ou articulações de mulheres, ao mesmo tempo em que têm contribuído para a introdução da política de cotas em algumas das direções partidárias (CFEMEA, 2000).

Entre debates, discussões, lutas e vitórias, a questão da mulher referente à participação na política rompe a discriminação e consolida a sua presença na política. Esses discursos abrem as portas para que milhares de mulheres se façam presentes nesse novo processo construtivo, a necessidade de equidade entre as mulheres e homens fez com que a presença da mulher fosse tão necessária quanto a do homem. De canto a canto um novo cenário vai se construindo e aqui no Nordeste não acontece diferente.

A luta mundial dos movimentos feministas inclui em seus registros o nome da cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Celina Guimarães Vianna: Foi a primeira

eleitora do Brasil, alistando-se aos 29 anos de idade. Com advento da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1827, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado que estabeleceu que não houvesse distinção de sexo para o exercício do sufrágio. Assim, em 25 de novembro de 1927, na cidade de Mossoró, foi incluído o nome de Celina Guimarães Vianna na lista dos eleitores do Rio Grande do Norte. O fato repercutiu mundialmente, por se tratar não somente da primeira eleitora do Brasil, como da América Latina (TSE, 2014)

Após Celina Guimarães Viana ter conseguido seu título eleitoral, um grande movimento nacional levou mulheres de diversas cidades do Rio Grande do Norte, e de mais outros nove estados da Federação, a fazerem a mesma coisa.

Em 1927, o Deputado Federal Lamartine de Faria, partidário do sufrágio feminino, anunciou sua plataforma eleitoral prometendo amplos direitos políticos às mulheres com o sufrágio (direito de votar e de ser votada) e declarando que a Constituição não as vedava de seus direitos políticos plenos e inalteráveis. Terminou seu discurso afirmando ser inconstitucional a privação de metade da população brasileira do exercício de seus direitos políticos. Estava aí, a semente do sufrágio feminino no Brasil (D^o ALKMIM,2006).

A década de 1920 foi uma época conturbada, anunciando as grandes transformações dos anos 30. A classe operária se organizava, os intelectuais rompiam com o pensamento tradicional, as classes médias pediam mais representação política e as mulheres queriam votar e serem votadas. Os primeiros anos de atividade sufragista organizada no Brasil trouxeram poucos resultados concretos. O voto feminino não foi apenas um movimento da classe média brasileira, mas essa proximidade que as sufragistas brasileiras tinham com a elite política facilitou, com certeza, a obtenção do voto feminino no Brasil, mais cedo do que a maioria dos países latino-americanos.

Em 1928, na Paraíba, quando teve início o governo de João Pessoa, foi instaurada uma reforma tributária que, se opondo aos interesses dos “coronéis” do açúcar, desencadeou um conflito entre as classes dominantes. A imprensa oficial, através do Jornal da União, registrou a tímida presença feminina em todos os acontecimentos políticos. Durante a Revolta de Princesa, as mulheres arrecadaram dinheiro, joias, balas e armas, para ajudar os soldados a combater os “bandidos da Princesa” (RABAY, 2010).

Em 1929, Getúlio Vargas e João Pessoa foram candidatos da oposição à Presidência da República. Na ocasião, as mulheres se integraram à Campanha da Aliança Liberal e fundaram, em Campina Grande, em cinco de Janeiro de 1930, a Cruzada Feminina Liberal Clara Camarão, que tinha como objetivos principais a propagação das ideias da Aliança Liberal e a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência do Brasil (RABAY, 2010).

Para Rabay (2010), no final de agosto de 1931, o Governo Vargas liberou um Código Provisório que concedia voto limitado às mulheres e novos protestos foram levantados. E, finalmente, o novo Código Eleitoral foi decretado em 24 de fevereiro de 1932 concedendo pleno direito de voto às mulheres sob as mesmas condições que os homens. A mulher brasileira podia então, dirigir seu destino e o da Nação (RABAY,2010).

Segundo Rabay (2005), a partir da Revolução de 1930, iniciou-se, em todo o país, uma fase de intervenção sistemática e direta do Estado, não só no processo de acumulação capitalista, mas em diversas outras esferas da vida social, política e cultural. Nessa conjuntura, em 1932, o governo inconstitucional de Getúlio Vargas aprovou um código Eleitoral, que estendeu às mulheres o direito ao voto. Tal conquista deve ser atribuída, entre outros fatores, à mobilização das mulheres em organizações femininas e à perseverança e ousadia de algumas, individual e solitariamente (RABAY, 2005).

Citadas as informações acima; faz-se necessário apresentar as primeiras mulheres na atuação política devido a sua importância no processo de construção que tanto contribuiu para abrir a discussão sobre esse leque de lutas e conquistas do direito ao voto feminino, à priori surgiu uma verdadeira discussão sobre o voto feminino no Congresso Nacional pela primeira vez em 1891. Influenciados pelo movimento das americanas e inglesas, alguns deputados propuseram estender o direito de voto às mulheres que possuíssem diploma de curso superior e não estivessem sob a custódia do pai. Essa discussão transformou-se em emenda e os congressistas derrubaram por terra.

O universo masculino bem como a própria sociedade temia que se a mulher evoluísse como pessoa no âmbito social e político a família por sua vez poderia vir a esfacelar, ou seja, a mulher deveria permanecer em seu estado de privação.

Todas as lutas e conquistas de deram através de vários debates, discussões e lutas que diante de um processo árduo e longo resultou em uma grande vitória para o público feminino. Podemos destacar aqui que esse fenômeno ainda está em crescimento, embora saibamos que a maioria dos partidos políticos são controlados por homens e que há pouco espaço para as mulheres estruturarem as suas campanhas e isso dificulta consideravelmente a participação do público feminino como também desestimula a sua entrada na política.

3.3 As Pioneiras

A luta das mulheres pelo espaço na política data desde o século XVIII. Ainda no período do Império, em 1880, a dentista Isabel de Mattos Dillon evocou na Justiça a Lei

Saraiva (que permitia aos detentores de títulos científicos votar) para requerer seu alistamento eleitoral.

Nos anos seguintes, surgiram várias iniciativas isoladas para permitir o voto feminino. Em 1894, Santos, no litoral paulista, promulga o direito das mulheres ao voto. A medida foi derrubada no ano seguinte. Em 1905, três mulheres conseguiram se alistar e votar em Minas Gerais.

Em 1928, o Brasil elege sua primeira prefeita: Alzira Soriano de Souza, na cidade Lages, no Rio Grande do Norte. O voto feminino só se tornou um direito nacional em 1932. Aos poucos, as mulheres foram conquistando cargos que, até então, eram exclusividade masculina. Em 1933, a médica paulista Carlota de Queirós é eleita a primeira deputada federal do País. “Cabe-me a honra, com a minha simples presença aqui, de deixar escrito um capítulo novo para a história do Brasil: o da colaboração feminina para a história do País”, disse em seu primeiro pronunciamento na Câmara em 13 de março de 1934.

O Senado, só elegeu suas primeiras parlamentares em 1990. Júnia Marise (Minas Gerais) e Marluce Pinto (Roraima) foram as primeiras senadoras eleitas do Brasil. Em 1994, Roseana Sarney é a primeira mulher escolhida pelo voto popular para chefiar um estado, o Maranhão.

Em 2011, as brasileiras obtiveram grandes conquistas. A primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, tomou posse. E no Parlamento, foram eleitas as primeiras vice-presidentas da Câmara dos Deputados (Rose de Freitas, do Espírito Santo) e do Senado (Marta Suplicy, de São Paulo) (PORTAL BRASIL,2012).

Apesar de toda luta e muitos avanços a situação no Brasil exige a criação de políticas transversais no mais alto nível da gestão pública. É importante que Instituições fortes promovam o empoderamento das mulheres, que são indispensáveis para garantir avanços e impedir retrocessos na atual conjuntura político e social.

Uma pesquisa realizada pelo TSE mostra que as mulheres tornaram-se a maioria dos votantes nas eleições gerais de 2010, quando 51,82 % dos 135 milhões de eleitores eram do sexo feminino (TSE, 2013).

A Lei nº 9.100/1995, que regeu as eleições de 2006, trouxe uma grande conquista feminina ao determinar que 20% no mínimo das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidatas mulheres. A Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) determinou que no pleito geral de 1998 o percentual mínimo de cada sexo fosse de 25%. Já para as eleições posteriores, a lei fixou em 30%, no mínimo, a candidatura de cada sexo.

Em 2009, a reforma eleitoral introduzida pela Lei n° 12.034 instituiu novas disposições na Lei dos Partidos Políticos (Lei n° 9.096/1995), privilegiando a promoção e difusão da participação feminina na política. Entre elas estão, a determinação de que os recursos do Fundo Partidário devem ser aplicados na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total, como também a criação de um comitê de monitoramento para assegurar a implementação das mudanças de candidatura dos quesitos cor e raça. A reforma eleitoral exige ainda que a propaganda partidária gratuita deverá promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (SPM, 2010).

Com a conquista e a prática desses avanços podemos observar um quadro significativo de conquistas que permearam e se consolidaram dentro dos espaços de poder político. Apesar de ainda ser pequena, a bancada feminina vem representando muito bem a questão de igualdade e gênero. Ainda é preciso avançar no processo de mudança cultural para que possa consolidar e ampliar as conquistas das mulheres no Brasil, obtidas com a atuação do movimento feminista a partir da década de 70.

Hoje, há mulheres em todos os cargos eletivos, inclusive no cargo de presidente da República. Além da chefe do Poder Executivo, estão exercendo mandato: duas governadoras, 11 senadoras, 45 deputadas federais e 134 deputadas estaduais.

Nas eleições municipais de 2012, em todo o Brasil foram eleitas 657 prefeitas, que correspondem a 11,84% do total das 5.568 vagas, e 7.630 vereadoras, o equivale a 13,32% dos eleitos (TSE, 2013).

Já nas eleições estaduais referentes ao ano de 2014 entre os totais de candidatos no Brasil, dos 4.382 homens, cerca de 10% foram eleitos. Em contrapartida, das 1.796 mulheres que buscavam um cargo na Câmara, apenas 2,8% conquistaram um lugar na bancada. Os estados de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe não tiveram nenhuma mulher eleita deputada federal, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Destes cinco, o ES foi o estado com o maior número de candidatas, com 45 nomes, seguido pelo Mato Grosso, com 31, e Alagoas, com 30.

Quadro 1. Número e proporção de mulheres eleitas como Deputadas Federais nas eleições 2014, em todo o Brasil

Variável	Homens	Mulheres
Total de candidatos(as)	4.382	1.796
% de eleitos(as)	10	2,8
Total de eleitos(as)	438	50

Fonte: TSE (2014)

O quadro demonstra que o universo masculino ainda é muito predominante e que os espaços preenchidos pela figura feminina ainda acontece de forma tímida, essa é uma expressão que acontece em todos os estados brasileiros.

Por outro lado, quatro estados do Norte e um do Nordeste apresentaram as maiores porcentagens de mulheres eleitas do país. Amapá e Tocantins, ambos com 38%, Rondônia e Roraima, ambos com 25%, e o Piauí, com 20%, tiveram, somados, 12 mulheres nomeadas para a Câmara dos Deputados. Vejamos as seguintes tabelas. Tabela 1 representa as mulheres não eleitas na Câmara dos Deputados e a tabela 2 evidencia o Estado com maior percentual de mulheres eleitas.

Quadro 2. Estados sem mulheres eleitas na Câmara dos Deputados Federais 2014

ESTADO	HOMENS ELEITOS	MULHERES ELEITAS
Alagoas	9	0
Espírito Santo	10	0
Mato Grosso	8	0
Paraíba	12	0
Sergipe	8	0

Fonte: TSE (2014)

É notório a representatividade masculina no âmbito da Câmara Federal, isso reflete mais um ponto negativo para o empoderamento feminino em suas bancadas representativas, tornando frágil a voz da mulher nos espaços de poder em algumas regiões do Brasil.

Quadro 3. Estados com maior porcentagem de mulheres eleitas

ESTADO	Número de homens eleitos	Número de mulheres eleitas	Percentual de mulheres eleitas
Amapá	5	3	38%
Tocantins	5	3	38%
Rondônia	6	2	25%
Roraima	6	2	25%
Piauí	8	2	20%

Fonte: (TSE 2014)

Fazendo um comparativo entre o Quadro 1 e o Quadro 2 percebemos que Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe não tiveram nenhuma representação feminina na Câmara Federal, já no Amapá, Tocantins, Rondônia, Roraima e Piauí obtiveram cadeiras ocupadas por mulheres.

Já na disputa por uma vaga ao Senado Federal, a situação é diferente nas eleições de 2014. A renovação será de um terço das 81 cadeiras. Em 2010, dois terços da Casa foram renovados. Apesar de o número total de candidaturas ter sido superior naquele ano, com 272 contra os 181 registrados em 2014, o número de candidatas mulheres se manteve praticamente estável: em 2010, foram 36 candidatas e, neste ano, 35 concorrem no pleito (TSE, 2014).

É importante ressaltar que a primeira representante do sexo feminino que chegou ao Senado mediante um processo eletivo foi Eunice Michilles, do Amazonas, em 1979. Ela era suplente de João Bosco de Lima, morto dois meses após se eleger senador. No Império, a princesa Isabel havia ocupado o cargo por direito dinástico. Somente em 1990 é que seriam eleitas as primeiras mulheres que se candidataram diretamente ao Senado: Júnia Marise, por Minas Gerais, e Marluce Pinto, por Roraima (SENADO, 2014).

O número de mulheres em disputa por algum cargo nas Eleições Gerais referente ao ano de 2014 é 46,5% maior do que no último pleito, em 2010, os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostravam que no universo de quase 25 mil candidatos em todo o Brasil, 7.407 são do sexo feminino, representando 29,73% do total de concorrentes em 2014. Na Eleição de 2010, eram 5.056 candidatas (22,43%). (TSE, 2014).

Quadro 4. Evolução do número e porcentagem de mulheres em disputa nas eleições gerais de 2010e 2014.

2010	(%)	2014	(%)
5.056 candidatas	(22,43%)	7.407 candidatas	(29,73%)

Fonte: TCE (2014)

Na demonstração do Quadro 4 percebemos que houve um crescimento positivo na disputa das mulheres nas eleições gerais. Em 2012 houve apenas 5.056 candidatas em todo o Brasil totalizando um percentual de 22,43% de mulheres que concorreram ao cargo. Em 2014 esse número aumentou para 7.407 candidatas que concorreram nas eleições gerais chegando à margem de 29,73% em sua totalidade.

A disputa para deputado federal e estadual registrou o maior número de mulheres candidatas: juntos os postos somaram 7.237 candidaturas, 2.404 a mais do que em 2010. Nas eleições deste ano, 2.057 mulheres (30,45%) irão concorrer nas vagas abertas ao cargo de deputado federal. Nos estados, o número também é expressivo, com 4.880 candidaturas femininas (30,04%) que disputarão as vagas nas assembleias legislativas. Em ambos os casos observa-se um crescimento de cerca de 50% de candidaturas femininas em 2014, na comparação com as Eleições Gerais de 2010. Para o cargo de deputado distrital, serão 300 mulheres na disputa em 2014 (29,91%). Em 2010, 224 mulheres concorreram ao cargo (25,33%). É o que mostra os dados apontados pelo TSE.

A participação feminina na disputa ao cargo de governador neste ano também se manteve equilibrada na comparação com a Eleição Geral anterior. As mulheres representaram cerca de 10% do total de candidatos para a vaga nos dois pleitos. Em 2014, serão 17 candidatas aos governos estaduais. Situação parecida foi observada no caso de candidatos a vice-governador, 43 candidaturas em 2014 contra 42 em 2010.

Para o cargo de presidente da República, nas eleições deste ano, num total de 11 registros apresentados à Justiça Eleitoral, dois são do sexo feminino (18,18%). Já para a ocupação de vice-presidente o número é maior: quatro mulheres vão disputar a vaga (36,36%). Em 2010, o número total de concorrentes ao cargo máximo do Executivo era menor, com nove candidatos, sendo duas candidatas mulheres. Na disputa pela Vice-Presidência, apenas uma mulher disputou a vaga naquele ano.

É importante destacar que houve um aumento da participação feminina na política brasileira é uma causa defendida e incentivada pela Justiça Eleitoral. Em março de 2014, o TSE lançou, com o apoio do Congresso Nacional, a campanha “Mulher na Política”. A

campanha teve como principal objetivo sensibilizar os partidos para a importância da valorização da questão da igualdade de gênero, prevista na legislação eleitoral, que determina a reserva de vagas de no mínimo 30% e no máximo 70% para cada gênero no que se refere às candidaturas.

Não poderíamos deixar de destacar o Estado da Paraíba nesse processo político. A população da Paraíba é formada por 51,56% de mulheres, que representa mais da metade do eleitorado paraibano. No entanto, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a participação feminina na política da Paraíba ainda é pequena. Dos 2.460 políticos eleitos nas últimas eleições (2010 e 2012), apenas 374 são do sexo feminino, uma participação de 15,2% do total.

A representação feminina nas prefeituras dos 223 municípios do Estado está entre 20% e 21%. Nas Câmaras Municipais esse número é ainda menor, elas representam 14,6%, ou seja, foram eleitos 1.866 vereadores e apenas, 319 vereadoras. Em alguns municípios nenhuma mulher foi eleita como vereadora.

Na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) no referido ano de 2014 há seis mulheres num total de 36 deputados e, na Câmara Federal, dos 12 deputados no exercício de mandato, apenas uma mulher representa o Estado. No Senado, o estado nunca teve uma participação feminina. Vale lembrar que, no Palácio da Redenção, também ainda não entrou uma governadora.

De acordo com a deputada federal Nilda Gondim (PMDB), única mulher representando a Paraíba na Câmara dos Deputados, o baixo número de mulheres no espaço político se deve a uma questão cultural. “Foram anos de uma cultura de que política, principalmente partidária, não era espaço de mulher e sim domínio dos homens, a mulher era símbolo familiar”, disse.

Na avaliação da deputada existe um desafio permanente para que as mulheres sejam incentivadas a participar da política. “Com muita luta começamos a nos conscientizar de que se não estivermos nos espaços de poder, não teremos oportunidade de participar ativamente da sociedade, é fundamental usar todos os instrumentos para essa necessidade, e que próximas gerações cresçam numa realidade, onde homens e mulheres tenham direitos iguais naturalmente, inclusive na política”, disse.

É bem verdade que esse desafio tem sido uma constante entre a disputa feminina pelos espaços de poder. É válido ressaltar que os avanços obtidos estão se enraizando no desejo e na constatação na participação da mulher oportunizando novas perspectivas entre as militantes do mundo inteiro.

Estudos realizados sobre a atual participação da mulher nos espaços de poder, nos mostra que a questão de gênero vem ganhando espaços, principalmente no Estado do Nordeste.

Para Rabay, no Nordeste o número de prefeitas eleitas tem sido maior que a média nacional desde 1966. Nas eleições de 2012 não foi diferente e na Paraíba o número de mulheres eleitas para o executivo municipal superou a média nordestina: 49 mulheres conquistaram a prefeitura, atingindo 22% dos municípios, atualmente o maior percentual de prefeitas no país. (RABAY, 2013).

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, no período 1993-1996, existiam 171 prefeitas no país, ou seja, somente 3,43% no universo de 4.972 municípios brasileiros. No período 1997-2000, já havia 302 prefeitas, isto é, 5,48% no universo de 5.203 municípios. Nas eleições de 2000, o número de prefeitas eleitas no país teve um pequeno acréscimo: subiu para 318, em um universo de 5.527 municípios, equivalendo a 5,69% do total. Em 2004, continuou aumentando, tendo sido eleitas 418 mulheres, o que representava 7,52% das prefeituras brasileiras. Em 2008, o número de prefeitas atingiu 505, perfazendo 9,8 % do total de prefeituras do país (Quadro 1) (RABAY & CARVALHO, 2010, p. 25). Nas eleições de 2012 o percentual de mulheres eleitas para as prefeituras em todo país chegou a 12,1% do total, o que significa 664 municípios governados por mulheres, sendo que destes apenas uma capital (Boa Vista) elegeu uma mulher.

Quadro 5. Prefeitas eleitas em âmbito municipal no Brasil, no Nordeste e na Paraíba. 1993-2013/2016

Prefeitas Eleitas	Brasil	Nordeste	Paraíba
1993-1996	171 (3,43%)	14 (8,18%)	92 (5,9%)
1997-2000	304 (5,48%)	13(5,82%)	154(8,6%)
2001-2004	177 (5,69%)	17(7,62%)	147(8,23%)
2005-2008	418 (7,52%)	27(12,11%)	196(10,9%)
2009-2012	505 (9,8%)	36(16,2%)	230(12,83%)
2013-2016	610 (12,1%)	49(22%)	289(16%)

Fontes: TSE/Brasil (on line); (Projeto Mulher e Democracia (on line); Cfemea (on line), 2014.

No Nordeste, vale lembrar, o número de prefeitas eleitas é maior que a média nacional. Em 1966, as nordestinas representavam 81,25% das prefeitas brasileiras; e as paraibanas 12,5% das nordestinas.

No período 1993-1996, as prefeitas nordestinas perfaziam 5,9% dos dirigentes municipais da região; e no período 1997-2000 atingiam 8,6%. Nas eleições de 2000, contrariando a expectativa gerada pela política de cotas, o número de prefeitas eleitas estabilizou-se em 8,2%. Por outro lado, nas eleições de 2004, houve uma melhora nesse índice: foram eleitas 196 mulheres para o executivo municipal, o que representou 10,9% das prefeituras da Região Nordeste. Em 2008, 230 mulheres foram eleitas para o executivo municipal, representando 12,8% do total de prefeitos da região. Esse percentual subiu novamente em 2012, quando se elegeram 289 mulheres, representando 16% dos 1.792 municípios nordestinos.

Na Paraíba, no período 1997-2000 houve uma redução da presença feminina nas prefeituras paraibanas, que passou de 8,2%, no período 1993-1996, para 5,82%, por causa da criação de novos municípios, mas também diminuindo o número absoluto de prefeitas de 14 para 13. Entretanto, em 2000, o número absoluto de prefeitas eleitas aumentou para 17, muito embora, em termos percentuais (7,62%), tenha se mantido abaixo do índice de 1993. Nas eleições de 2004, foram eleitas 27 mulheres para as prefeituras no interior da Paraíba, alcançando-se, em relação ao total de municípios, o índice de 12,1%. Em 2008, continuou crescendo o número de paraibanas que conquistaram o poder executivo municipal, passando para 36 prefeitas e representando 16,2% do total de eleitos no estado (RABAY & CARVALHO. 2010 p. 28).

Em 2012, 120 mulheres disputaram as prefeituras paraibanas, correspondendo a 20,7% do total de 579 candidaturas, nas 223 cidades paraibanas. Foram eleitas 49 mulheres, representando eleitas e representam 22% do total de municípios do estado (TSE, 2013).

Alguns pontos mostram que a mulher está conquistando o seu espaço no cenário político. Atualmente, o país é chefiado por uma mulher, a legislação incentiva a presença dela na política, a participação feminina cresce no âmbito do Judiciário e o eleitorado brasileiro é composto, em sua maioria, pelo gênero feminino (52,13%). No entanto, apesar de todos os avanços, um ranking divulgado no início do ano aponta que de 188 nações, o Brasil é o 156º no que se refere à representação da mulher no Poder Legislativo. Além disso, o número de mulheres eleitas nas eleições gerais de 2010, ainda é muito inferior ao de homens. Dos 513 membros eleitos para a Câmara dos Deputados, foram eleitas apenas 45 deputadas federais, o equivalente a 9% do total. Para o Senado, foram eleitas sete senadoras (13%), considerando-se as 54 cadeiras em disputa (dois terços) naquele pleito.

É notório que a mulher vem buscando seus espaços nas relações de poder, embora, com tudo, ainda entendemos que faltam muitos degraus a serem alcançados nessa disputa.

Este processo de mudança enfrenta, porém, a persistência da naturalização do preconceito e da desigualdade que acaba inferiorizando e fragilizando a mulher dentro dos seus papéis e na ocupação dos espaços de poder perante a sociedade. Contudo, podemos repensar sobre esse processo de mudança que se daria a partir da educação, nas mudanças de legislação e ações afirmativas no mundo do trabalho. Sabemos que até pouco tempo atrás a mulher ficava restrita apenas no espaço privado, em seguida passou a ocupar o espaço público e esse processo foi visto de forma lenta.

No espaço político a conquista da política de cotas por sexo em processos eleitorais faz parte de um processo mundial, como foi à conquista pelo sufrágio feminino. Estas políticas interferem nas hierarquias de poder e alteram as relações desiguais entre homens e mulheres. Estas políticas modificam e trazem a mulher para a cena política, contribuindo para unir o mundo de mulheres e homens. O art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 assegura a reserva de 30% e 70%, para cada gênero, do número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito (Constituição Federal, 2012).

Evidentemente, é um grande incentivo à participação das mulheres no pleito eleitoral. Mas, contudo, ainda é muito baixa a representação feminina em cargos de direção e de decisão política e a partir da discussão sobre a necessidade de um equilíbrio maior entre os sexos no poder, as propostas de cotas mínimas e máximas por sexo vêm se transformando em um dos instrumentos mais incisivos das políticas de ação afirmativa, tornando possível uma redistribuição efetiva do poder.

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA (2008), a Reforma Política é uma grande oportunidade para se discutir mecanismos que promovam a presença das mulheres no Legislativo e Executivo, entre elas estão: pelo menos 20% do tempo de propaganda partidária destinados a promover a participação política das mulheres, o tempo de mídia é um recurso essencial para a valorização da participação feminina e para combater preconceitos existentes na sociedade; adoção do sistema de listas fechadas, que é a lista de candidatos organizada pelo partido, segundo uma ordem pré-estabelecida; adoção das cotas por sexo na formação da lista (pelo menos 30% e no máximo 70%), porém sem a indicação do lugar por sexo na lista; e apoio financeiro, sendo proposto que do total do fundo partidário destinado às Fundações e Institutos (atualmente 20%) pelo menos 30% sejam destinados a instâncias partidárias dedicadas ao estímulo e crescimento da participação política feminina. A Assembleia Constituinte de 88 foi um exemplo significativo de um grupo de pressão bem sucedido, pois a organização das mulheres de diferentes partidos fez 52 com que importantes

medidas fossem adotadas, garantido a implementação de direitos femininos e uma maior discussão sobre a problemática de gênero.

Há 82 anos, com a aprovação do Código Eleitoral de 1932, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar e de serem votadas em âmbito nacional. A luta de mais de 100 anos obteve êxito no dia 3 de maio de 1933, quando, pela primeira vez, uma mulher votou e recebeu votos na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, o sexo feminino é maioria dentre os eleitores do país, porém, a participação efetiva de mulheres nos rumos da política brasileira ainda é significativamente menor que a de homens (TSE, 2014).

Se avaliarmos as considerações enfocadas pelo TSE onde afirma que a maioria dos eleitores está no universo feminino, porque então, ainda é baixo o número de representações femininas no poder? Qual o motivo que leva essa discrepância na questão de gênero? Podemos destacar aqui que esse fenômeno não decorre da carência de mulheres aptas a concorrer, mas antes do modo como os partidos são organizados, a maioria desses partidos é controlada por homens, que dão pouco espaço para as mulheres estruturarem suas campanhas. A composição partidária brasileira reflete o patriarcalismo da sociedade, isso reflete negativamente e desestimula consideravelmente a presença feminina.

Segundo dados do TSE de janeiro de 2014, do total de 140.804.936 eleitores no Brasil, 73.148.701 são mulheres (51,950%). A presença feminina também tem crescido nas altas lideranças do país. Prova disso é que o Poder Executivo nacional é chefiado atualmente pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Como vimos acima o processo de construção e da luta dos direitos à participação da mulher nos espaços de poder se deram através de muitas lutas.

Os primeiros anos de atividade sufragista organizada no Brasil trouxeram poucos resultados concretos. Mas incentivou o bloco feminino a buscar o que de fato tanto queriam, que era a garantia do voto. O voto feminino não foi apenas um movimento da classe média brasileira, mas essas proximidades que as sufragistas brasileiras tinham com a elite política facilitaram, com certeza, a obtenção do voto feminino no Brasil, mais cedo do que a maioria dos países latino-americanos. A partir de uma série de inclusão o direito do voto foi finalmente ampliado a todas as mulheres na Constituição de 1946 que, em seu artigo 131, considerava como eleitores “os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei”. Embora saibamos que o Brasil é um Estado democrático é importante ressaltar que a luta das mulheres hoje não é mais apenas pelo voto, mas também pela participação política e é notório que em vários estados brasileiros a mulher deixou de representar na Esfera Federal, Estadual e Municipal. Contudo, considerando que hoje compomos mais da metade do

eleitorado brasileiro, o número de mulheres em cargos eletivos ainda é pequeno, menos de 10%. Apesar das resistências, as mulheres participam ativamente da construção da sociedade brasileira, mesmo que essa participação não seja contada e comemorada.

Nesse capítulo apontaremos algumas questões fundamentais sobre a história política da cidade de Areia-PB, como também abordaremos os fatos históricos da Câmara Municipal de Areia-PB, buscaremos entender como foi esse processo político e de que forma a presença feminina ingressou nesse contexto. No bojo desse cenário devido às dificuldades com acesso à documentação sobre o tema, apresentaremos relatos históricos a partir de depoimentos de alguns atores que presenciaram e vivenciaram esse processo de construção e de emancipação política, como também pesquisa de documentos cartoriais.

3.3.1 Areia sobre novos olhares

Areia nasceu e cresceu à sombra da sua gameleira, mito do povo, deusa da sabedoria, cuja história trouxe à história da terra algumas superstições e algumas lendas, as quais não deixaria, de influir no espírito de sua gente o gosto pelo belo e pelo fantástico, cousas de que o artista não se poderia eximir. Pois, é inegável que ela seja a terra do verdadeiro artista. Foi também à sua sombra que ela recebeu o seu batismo de sangue, para atingir uma maturidade política que daria aos filhos o comando do seu destino, entregue a forasteiros que se arvoraram do título de amigos do trono para usurpar-lhes esse direito (BARRETO,1975).

O atual município de Areia, localizado na microrregião do Brejo da Paraíba, está implantado no lado oriental do relevo íngreme da serra da Borborema, a 622 metros de altitude, com uma extensão territorial de 630 Km². Sua ocupação se deu no século XVIII devido à introdução de colonizadores e comerciantes no interior da Capitania da Paraíba (ALMEIDA, 1957).

Nos meados do século XVII o território do atual Município de Areia era conhecido pela denominação de Sertão dos Bruxaxás, índios que primitivamente habitavam a região.

Por essa época, no local onde hoje se ergue a cidade, um português de nome Pedro construiu um albergue à margem de cruzamento de estradas muito frequentadas pelos que, procedentes do alto sertão paraibano ou de Pernambuco, demandavam Mamanguape ou Paraíba. O colono, pela amizade que fez com os nativos, recebeu a alcunha de Bruxaxá.

O movimento de viajantes e tropeiros pelo local atraiu habitantes, formando-se ali, em pouco tempo, próspera povoação, que passou a chamar-se Brejo de Areia, em virtude de correr nas imediações o riacho de nome Areia. O nome Brejo de Areia, segundo Horácio de

Almeida no livro Brejo de Areia, pág. 7: “A denominação Brejo de Areia foi tirada de um riacho que passa pela propriedade Saboeiro, ao nascente da cidade, e que adiante toma o nome de Mandaú, afluente do Mamanguape. Em Saboeiro, a antiga estrada que ia de Areia para Alagoa Grande cortava o riacho, exatamente no ponto onde havia pequenos barrancos de areia, acumulados à margem do córrego. Vem daí o nome que tomou de riacho de areia e que se estendeu com o tempo a todo o Sertão de Bruxaxá. A palavra brejo deriva dos alagadiços e águas correntes, em grande abundância, na encosta oriental da Borborema, ao passo que areia, material escasso em todo o município, só mesmo por ironia encontra sua origem na ocorrência do riacho Saboeiro”.

A emancipação de Areia aconteceu em 18 de maio de 1846. No livro “Brejo de Areia” do escritor Horácio de Almeida, está registrado no 1o Capítulo, que ele denomina de “Sertão de Bruxaxá”: “Não se sabe ao certo quando teve começo a cidade de Areia. Tudo indica, entretanto, que foi do fim do século XVII para princípio do XVIII, podendo-se situar-se o fato ao redor do ano 1700” (ALMEIDA,1957).

A campanha abolicionista foi ali das mais intensas, destacando-se a Mocidade Emancipadora Areiense, à frente da qual se encontrava Manuel da Silva. Não é em vão que a Câmara Municipal de Areia recebeu o seu nome como forma de reconhecimento por sua luta na libertação dos escravos.

Tiveram os areienses o mérito de libertar o último escravo no dia 3 de maio de 1888, dez dias antes, portanto, da proclamação da Lei Áurea.

Mas nada foi tão considerável para a história da cidade de Areia como a Revolução Praieira, pois, nesse processo surge uma figura feminina que mudou todo um histórico-cultural desta então pacata e pequena cidade.

A Revolução Praieira foi uma revolta de caráter liberal e federalista ocorrida na província de Pernambuco entre os anos de 1848 e 1850. Dentre as várias revoltas ocorridas durante o Brasil Império, esta foi a última. Ganhou o nome de praieira, pois a sede do jornal comandado pelos liberais revoltosos (chamados de praieiros) localizava-se na rua da Praia.

Os políticos liberais revoltosos ganharam o apoio de várias camadas da população, principalmente dos mais pobres, que viviam oprimidos e sofriam com as péssimas condições sociais. Os praieiros chegaram a tomar a cidade de Olinda. Em 1 de janeiro de 1849, divulgam o Manifesto ao Mundo. Neste documento, os praieiros reivindicavam várias questões entre elas: o voto livre e universal. Essa luta começou no Recife e terminou em Areia.

Em fevereiro de 1849, travou-se em Areia o último combate da Revolução Praieira, iniciada, um ano antes, em Pernambuco. Os rebeldes, depois do malogrado ataque ao Recife, invadiram a Paraíba e refugiaram-se em Areia, onde contavam com o auxílio do juiz

municipal Maximiniano Lopes Machado e do Coronel Joaquim dos Santos Leal. Entrincheiraram-se na cidade, sustentaram seis horas de combate, fugindo após, dispersados pelo interior da Província.

A luta armada começou em Recife e terminou em Areia. Ainda desta vez o rastilho de pólvora vem de Pernambuco, lançado pelos liberais, que correm às armas em 1848, por motivos políticos, de feição obviamente local. Areia nada tinha com a rebelião e estava em calma desde os memoráveis acontecimentos da Confederação do Equador, já um tanto remotos, pois eram decorridos 24 anos de sua irrupção (ALMEIDA, 1957).

É importante destacar que em meio a essa luta há uma participação feminina. Uma mulher dotada de inteligência e espírito guerreiro trouxe para as entrelinhas da história política da cidade de Areia-PB um novo olhar sobre o empoderamento feminino. Para alguns ela era anjo e para outros era considerada o demônio.

A cidade de Areia foi sacudida por dois acontecimentos sensacionais em 1849. A tempestade desta vez foi desencadeada por uma mulher que parece ter nascido com vocação para protagonista de tragédias (ALMEIDA, 1957).

Para alguns homens e para a maioria das mulheres, Carlota Lúcia de Brito era apenas uma “mulher da vida”, era odiada por centenas de pessoas e admirada por poucos. Seu espírito revolucionário estava à frente de toda a mentalidade medíocre e machista que compunha o atual cenário da pacata cidade de Areia-PB. Carlota Flores, como era conhecida popularmente, entrou em cena e escreveu sua história de bravura, rompeu todos os preconceitos, sofreu e saiu vitoriosa em meio a tantas tragédias.

Essa mulher – Carlota Lúcia de Brito - havia chegado a Areia na seca de 1845, quando o Brejo transbordava de retirantes. Era uma sertaneja dotada de grande fascínio pessoal, aparentando menos de 30 anos, embora tivesse um pouco mais que isso. Ao largar-se do sertão, trouxera consigo os salvados do flagelo, algum dinheiro, alfaias e animais de carga. Do seu passado, sabia-se apenas que era natural de Pageú das Flores (ALMEIDA, 1957).

Carlota era dona de uma beleza invejável, era extremamente inteligente e, de certo modo, causava inveja entre as mulheres e medo nos homens. Seu espírito revolucionário abriu as portas para adentrar no universo político onde apenas os homens dominavam essa arte. Seu diálogo e seu olhar visionário ganharam formas e ocupou os espaços formados e formalizados apenas por coronéis, médicos, juízes e comerciantes.

Além de dominar as artes manuais, confeccionar seus próprios vestidos de rendas e bordados, Carlota usava sua lógica e inteligência para se infiltrar em assuntos ligados a política, e foi assim que trocou a sua saia bordada a mão por calças de combate.

Não era novidade ver Carlota montada no melhor cavalo de Santos Leal, dando

ordens, fazendo ligações secretas, numa correria louca sob as visitas dos homens da censura. Carlota foi nomeada chefe de um corpo de guardas... Carlota não parava mais... Recebeu, não

obstante, um troféu de guerra no mais alto de suas franças: uma bandeira vermelha assinalando o feito notável de Carlota Flores. Disseram que ela própria o colocara por lá, numa astúcia de rainha invencível (BARRETO,1975).

Carlota Flores foi uma mulher brava, destemida, forte e combatia toda forma de preconceito existente, onde a práxis era limitar o papel da mulher numa sociedade extremamente machista. Embora Carlota tenha conseguido vencer esses predicados estabelecidos pelo machismo impregnado em toda a cidade, a sua luta não se estendia apenas à machidão, mas também pelas próprias mulheres que não aceitavam o comportamento e os pensamentos de Carlota. Muitas mulheres a desprezavam sentiam vergonha e desqualificavam Carlota pelo seu jeito de ser.

Carlota Flores é o nome da sertaneja que está transformando as cabeças mais pensantes desta terra (BARRETO,1975).

De certo modo isso amedrontava todas as mulheres e alguns homens que não comungavam do comportamento e do pensamento da tão revolucionária Carlota Flores.

Ela foi a primeira mulher a se impor e com isso conquistou seu espaço, venceu lutas, foi humilhada pelo simples fato de não ser casada, foi chicoteada em plena praça pública, foi excomungada da igreja por um grupo de mulheres, mas foi forte o bastante para passar por cima de todos esses acontecimentos. Ela deixou um legado importante e mostrou para as futuras mulheres de espírito revolucionário que a luta e a vontade de vencer é maior que qualquer pedra imposta pela sociedade machista, e que podemos e devemos correr atrás desses espaços.

3.3.2 Entre bordados, cafezinhos, poesias, rebeldias e revoluções. Retalhos da presença feminina na política da cidade de Areia-PB.

Desde os tempos mais remotos, toda a percepção que a mulher tem de si está ligada à ideia de que o homem é um ser superior, inestimável e necessário na vida dela. É importante frisar que vivemos em uma sociedade onde as subjetividades necessitam da alteridade para serem entendidas como tal. Porém, a maneira que essa relação homem-mulher se deu historicamente está marcada por ações e ideais discriminatórios e que taxam a mulher como inferior, menos importante e, também, ditam que ela deve se submeter às vontades do homem. Nesse sentido, podemos nos perguntar: como fica a questão da autonomia da mulher na

atualidade? Apesar dos avanços, é ilusão achar que as mulheres alcançaram um status no qual são tão livres quanto os homens. Em pleno século XXI, a mulher não tem direito de ter controle sobre sua própria vida e seu próprio corpo, sendo o tempo todo bombardeada por uma demanda machista, reforçada pela mídia, que caracteriza uma violação do direito fundamental de liberdade.

Segundo Beauvoir atenta para uma questão fundamental: as mulheres não se enxergam como sujeitos, não possuíam uma identidade social própria. A contribuição de Simone de Beauvoir foi essencial para o feminismo, pois ela chamou a atenção para o fato de que a luta de classes não libertaria, automaticamente, as mulheres. Ela expressa a idéia básica do feminismo quando diz que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para ela era necessário construir uma identidade feminina, um “sujeito feminino” capaz de identificar suas peculiaridades. A sociedade não se dividia somente entre classes, mas também entre sexos, e sem uma consciência da opressão sofrida pela mulher a divisão sexual do trabalho era um problema que não se resolveria:

Em verdade, a natureza, como realidade histórica, não é um dado imutável. Se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno. Os proletários dizem “nós”. Os negros também. Apresentando-se como sujeitos, eles transformam em “outros” os burgueses, os brancos. As mulheres – salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas – não dizem “nós”. Os homens dizem “as mulheres”, e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como Sujeito (BEAUVOIR, 1980, p. 13)

O papel social de cada indivíduo é construído historicamente dentro de cada sociedade. A sociedade ocidental capitalista moderna, fortemente marcada por uma cultura machista, designa à mulher o papel de mãe e de dona de casa. Obviamente, com os avanços dos movimentos feministas, esse lugar tem sido repensado e reorganizado, porém ainda é presente essa ideia, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Toda a cultura machista que permeia nossa sociedade está intimamente ligada à influência dos ideais judaico-cristãos, que associam a figura da mulher ao pecado e à corrupção do homem. A história bíblica de Adão e Eva já traz essa marca machista a partir do momento em que afirma que Eva surge da costela de Adão. Mesmo entendendo essa história como uma metáfora, o caráter machista continua presente: é o homem quem dá origem à mulher, portanto a existência da última está subordinada à vontade do primeiro. Cria-se, assim, a figura de uma mulher dependente do homem, característica tão própria da sociedade patriarcal e sexista na qual estamos inseridos.

Na cidade de Areia-PB o contexto histórico da participação feminina não aconteceu diferente, mesmo sabendo que a história política da cidade foi escrita totalmente por homens.

Há poucos registros que reverencie a mulher. O levantamento histórico que retrata a mulher foi feito através de depoimentos das atoras, como também de registros publicados em jornal e no livro „À Sombra da Gameleira“ .

A cidade de Areia sempre foi marcada por importantes acontecimentos e em meio a eles haviam algumas mulheres que pareciam estarem à frente do seu tempo. Filhas de Coronéis, Senhores de Engenhos e grandes comerciantes, viviam de modo pacato. Muitas tinham o dom da música e ministravam aulas voluntariamente no Colégio Santa Rita o qual era administrada por freiras na sua maioria alemãs. Outras mulheres ministravam aulas como professoras, outras se dedicavam a poesia e às artes manuais, o bordado era o mais apreciado. As grandes damas da sociedade primavam pelo trajar decente e pelo puritanismo dos costumes que não admitia quebra. E aí daquela que, abandonando a linha convencional da época, procurasse, lá fora, algum resto de mundanismo importado! Teria logo um círculo de fogo a limitar-lhe toda a existência; seria logo congelada pela frieza do desdém das filhas de Eva, filhas também do Brejo de Areia (BARRETO, 1975).

A vida social acontecia nas salas de suas residências. A sala era o maior ambiente da casa, pois, ali havia o hábito de tocarem piano, recitar poesias e cantar. As filhas e as mães dominavam a arte e se envaideciam mostrando seus talentos aos convidados.

As vozes da flauta, do violão e das cantatas noturnas e sentimentais, únicas falas de amor que lhes chegavam aos ouvidos, muitas vezes, ficavam sem repercussão direta, porque os espíritos dessas donzelas viviam trancados pela força da submissão e do temor, como se uma divindade qualquer lhes desse a entrada no mundo afetivo, afogando-as no sentir, no gostar e no querer, anulando-as para sempre (BARRETO, 1975).

Havia o Clube Areiense, que uma vez por outra acontecia grandes bailes, aonde as mulheres solteiras iam, na presença dos pais que cuidavam e zelavam pela dignidade e honra da filha.

Numa sociedade totalmente tradicional e machista, as mulheres eram colocadas em seu devido lugar, tornando-as, sobretudo impossibilitadas de serem donas de si. Subjugadas e diminuídas como pessoas, elas eram desprezadas como pessoa e como ser, e se anularam sob todos os aspectos.

Suas funções eram restritas ao lar e ao convívio familiar. Quando algum evento social acontecia na cidade, eram conduzidas pelo marido e as solteiras ficavam sob a proteção e os olhares do pai.

Quando uma reunião familiar era anunciada, ou algum festival de arte, programado para o teatrinho improvisado, ou quando a festa da padroeira chegava com o seu cortejo elegância e sedução, é que as mocinhas da terra saíam dos seus casulos para expandir-se no

salão de dança de uma casa, no palco, ou no pátio da festa, sob os olhares vigilantes dos pais ou de alguma tia mais velha (BARRETO,1975).

A construção dos gêneros se dá através da dinâmica das relações sociais. Os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros (SAFFIOTI,1992).

Areia teve quem representasse muito bem a figura feminina, a qual rompeu e escreveu a sua própria história cheia de superações e bravura, avançou todos os sinais criados pela sociedade areiense predominantemente machista. Carlota Flores representou como ninguém às práticas de ações afirmativas, como também revolucionou toda a história política e social, e tornou-se mulher. Foi à mulher mais destemida da cidade e que veio transformar as cabeças mais pensantes da cidade.

Carlota era diferente das outras mulheres do seu tempo. O modo próprio de pensar e de agir, mesmo nas pequenas cousas, não se dobrava as injunções sociais (BARRETO, 1975).

Carlota rompeu todas as barreiras culturais estereotipadas sobre a mulher, pode avançar numa clara demonstração de que a presença da mulher na política tende a crescer, haja vista que esse episódio da história política de Areia-PB aconteceu em 1848, época em que a política local era predominantemente dos homens, onde o papel da mulher era ser objeto de sua própria casa, sendo assim, proibida de pensar e de intervir em qualquer lugar, em qualquer situação.

Os anos passaram e a cidade de Areia-PB permanecia como sempre, pacata e silenciosa até surgir uma nova figura feminina que iria escandalizar toda a cidade com o seu olhar a frente do tempo.

Dona de uma beleza radiante e espírito revolucionário, Sílvia Perazzo ganhou todos os olhares da cidade por sua forma de ser, pensar e agir. Não diferente de Carlota Flores, Sílvia se incomodava com a mesmice da figura feminina e usou sua vocação artística para permear um novo caminho, o da liberdade de expressão.

Durante a década de 1934, as mulheres da cidade de Areia-PB viviam de acordo com as regras do patriarca, regidas de forma dura e personificada, onde o machismo imperava sobre toda a educação e as tarefas do lar. As mulheres não tinham liberdade de pensamentos, eram privadas de emitir qualquer opinião que contrariasse o pai. Muitas escreviam suas ideias em cadernos, onde faziam anotações e desabafos que eram escondidos em caixas e trancados com cadeados, disse Silvia Perazzo,89 anos.

E foi nas aulas de canto que Silvia Perazzo sentiu que podia ir além, e foi. Ela era uma mulher frente ao seu tempo, obstinada e impulsiva, não admitia que a identidade da mulher fosse amarrada pela força masculina. Usou a sua voz, a música, o piano e voou. Atormentou

muitas mentes masculinas e femininas que discordavam dos seus atos. Criou o primeiro Coral da Cidade (nome do coral), composto por homens e mulheres.

Mostrou todo seu talento cirando peças teatrais, e isso foi apenas o salto para que ela alcançasse o seu lugar nesse emaranhado machista. Inicia-se então, uma nova forma de pensar. Além do canto, as rodas de conversa abriam espaços para discutirem sobre tudo, inclusive a política.

Areia sempre foi palco de acontecimentos artísticos e isso influenciava bastante os moradores da cidade, talvez, isso tenha intervindo o pensamento feminino a ponto de modificar sua maneira de observar e criticar.

Entre rodas de conversas podemos buscar maior entendimento sobre “ações afirmativas” e a origem do termo. Já que no caminhar dessas mulheres houve de fato pontos importantes que nos remete a uma reflexão sobre mudanças de comportamento, sobre formas de pensar e aceitação das coisas.

3.3.3 Mudança Cultural e Ações Afirmativas

As ações afirmativas são providências tomadas com intuito de combater a discriminação e desigualdades sociais historicamente acumuladas através de medidas compensatórias, visando garantir a equidade de oportunidades e tratamento do sujeito (SILVA, 2012)

Na definição de Bernardino: Ações afirmativas são entendidas como política que pretendem corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas. Para tanto, concedem-se vantagens competitivas para membros de certos grupos que vivenciam uma situação de inferioridade a fim de que, num futuro estipulado, esta situação seja revertida. Assim, as políticas de ação afirmativa buscam, por meio de um tratamento temporariamente diferenciado, promover a equidade entre os grupos que compõem a sociedade (BERNARDINO, 2002).

Embora essa expressão tenha surgido nos Estados Unidos na década de 1960, como forma de reivindicar a luta pela igualdade e oportunidade a todos, algumas mulheres da cidade de Areia trazia em seu imaginário esse pensamento, mesmo de forma tímida, transmitiam simbolicamente seus desejos e as suas vontades em se libertarem.

Muitas delas usavam a arte para passar algum tipo de mensagem que fosse além do que era permitido pelo tradicionalismo areiense. Um grande exemplo foi Dona Sílvia Perazzo que usou a arte para quebrar a cultura do pensamento tradicionalista que na época imperava a

cidade. A sua forma de pensar, de fazer e de agir conseguiu quebrar alguns grilhões que a sociedade considerava importante. Sendo assim, sutilmente, Sílvia Perazzo contribuiu imensamente para o que chamamos de mudança comportamental, muitas mulheres deixaram de ser objeto para ser sujeito, ela foi além do pensamento machista e rompeu muitas mentes, normas e entendimentos.

É o exercício da liberdade, em situações concretas, que move o homem, que gera a incerteza, que leva à produção de sentidos, que impulsiona a ultrapassagem de certos limites (SARTRE, 1978).

Neste sentido podemos afirmar que ao rompermos as barreiras da discriminabilidade poderemos inter-relacionarmos com o novo, sobretudo com a inserção de novos modelos e construções sócio culturais.

A cidade de Areia-PB apresenta um cenário peculiar no que se refere à participação da mulher e suas conquistas. Algumas mulheres foram ativas e bravas ao enfrentarem situações que outrora parecia quase impossível. Podemos destacar aqui duas importantes mulheres que romperam e resistiram a visão machista impregnada na sociedade.

Dr.^a Niedja Félix venceu o preconceito masculino, ingressou no Centro de Ciências Agrárias, foi a primeira e única mulher a compor o quadro de alunos na UFPB, esta por sua vez teve o apoio do pai, sua mãe discordava por tratar de ser mulher e por morar fora de casa. Dr.^a Maria das Dores Monteiro Baracho, foi a terceira mulher a estudar no Centro de Ciências Agrárias. Era dona de uma personalidade forte, se fez frente ao seu tempo e venceu toda forma de preconceito que existia naquela época, combateu a visão machista, tornando-se notável e respeitada perante os colegas.

Mas, afinal, o que tudo isso tem haver com o tema abordado? Em meio aos cafezinhos, bordados e poesias, havia muitas conversas, sonhos e ideologias, e tudo foi se remendando entre os retalhos, construindo uma nova forma de olhar, de se ver, de mudar. E essas mulheres protagonizaram uma nova história, criaram uma identidade, foram fortes no contexto histórico dominado por coronéis, senhores de engenhos e comerciantes. Elas foram determinantes na construção de um novo pensar dentro de uma tradição cultural. Encontraram a arte e se utilizaram dela para expressar sua existência como figuras femininas.

Segundo Carvalho, a igualdade de poderes entre homens e mulheres é um direito natural.

Mas definitivamente essa citação ainda não representa a nossa total realidade, esse processo ainda em fase de construção e conquista ainda é lento. A relação dessa pluralidade a que chamamos homem, mulher ainda costuma oscilar quando se refere a ideias, à

participação, ao empoderamento. De uma forma sutil e quase despercebida algumas mulheres areienses buscavam exercitar essa igualdade de poderes.

A participação delas em movimentos sociais que aconteciam dentro da igreja, nos fornece elementos importantes que nos permite analisar e reconhecer a sua atuação no âmbito social, que pode ter funcionado como espelho na construção de novas lideranças femininas, como também fazendo delas um referencial para outras mulheres que ainda se encontravam alheias a tal mudança, talvez por medo ou submissão, ignoravam a sua participação nesse contexto.

A partir de então, algumas mulheres se espelharam nas figuras revolucionárias e perceberam que poderiam conquistar seus espaços. As dificuldades eram muitas, mas não mediram esforços para vencê-las, apesar de suas origens serem organizadas nos moldes de uma estrutura patriarcal e escravocrata, souberam definir bem os seus papéis, mesmo de forma tímida se opuseram a opressão a que eram submetidas.

As rodas de conversa não eram apenas utilizadas para a realização de bordados, conversas e pausas para cafezinhos. Ali surgia o desejo de mudança, de quebrar uma dezena de atributos que caracterizavam a definição do papel da mulher implantada por uma sociedade arcaica e profundamente machista. Frente a todas estas dificuldades, faz-se importante conhecer a fundo quem são as mulheres que conseguiram romper estas barreiras e ingressar em um espaço tão seletivo e masculino que é o cenário político, que se deu graças a coragem de Carlota Flores, a liberdade de expressão de Sílvia Perazzo, a coragem de Niédja Félix e a bravura de Maria das Dores Monteiro Baracho.

4 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo geral buscou-se seguir os seguintes caminhos: 1) Investigação e levantamento de dados e registros documentais sobre a atuação feminina nos espaços de poder na cidade de Areia-PB não apenas no Poder Legislativo como também na própria história do município; 2) Resgate histórico das lutas e conquistas das mulheres nos contextos social, cultural e político; e 3) Enfoque histórico da política da cidade de Areia e inserção da atuação feminina da atuação das mulheres no Poder Legislativo no referido município.

É importante ressaltar que a participação política feminina envolve um processo de aprendizagem, teórico e prático, sobre as relações e as práticas de poder, nos campos da vida pública e privada. Dessa forma, não poderemos deixar de mencionar alguns questionamentos sobre essa esfera feminina que, de uma forma muito silenciosa, vem

transformando os diversos cenários políticos e sociais do nosso Brasil, e sob esse aspecto, o recente ingresso feminino levanta as seguintes questões: Quem são elas, por que razões e caminhos decidiram entrar na política? O que aprendem sobre política e poder, e sobre si mesmas, como indivíduos e como mulheres?

Diante do exposto, este estudo tem enquanto relevância acadêmica e social, o intuito de colaborar, possibilitando a continuidade de pesquisas e artigos sobre essa área do saber, já que há poucos escritos sobre a vida política e sobre a vivência das mulheres no contexto histórico. Por isso, a importância da pesquisa, para que se registre e documente as conquistas e dificuldades vivenciadas pelas mulheres que atuaram e continuam atuando no Poder Legislativo da cidade de Areia-PB, sob o enfoque de gênero e poder local.

Quanto à metodologia, foram adotadas a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, sendo o referido trabalho é classificado como Estudo de Caso. De 1959 a 2016, as mulheres exerceram o mandato, sendo 03 delas já falecidas e 02 não mais reside no município. A amostra para coleta de dados ficou com 08 mulheres que configurou com 61% do universo de parlamentares.

5 A CONQUISTA DA MULHER AREIENSE NO CENÁRIO POLÍTICO: ENTRAVES, LUTAS E VITÓRIAS

Nesse capítulo faremos um breve passeio nas entrelinhas da história da Câmara Municipal de Areia-PB, discutiremos sobre a participação política feminina no Legislativo no período de 1959 a 2013, evidenciaremos a conquista da mulher areiense no cenário político, onde destacaremos os entraves, as lutas, as conquistas e a sua contribuição na política da cidade. Cabe apontar que a maioria dos dados aqui apresentados foram a partir de entrevistas com as atoras e familiares, como também registros documentais e cartoriais. Apontaremos sobre a forma que foi tratada a relação de poder e gênero, durante esse intervalo de tempo, como também apresentaremos um breve perfil das vereadoras entrevistadas durante o período em que exerceram o mandato na Câmara Municipal de Areia.

5.1 Sobre a Câmara Municipal de Areia-PB

Areia teve em seu cenário político alguns pontos importantes onde primeiramente, foi elevada a categoria de Vila, passando a constituir um novo município pelo Alvará Régio de 18 de maio de 1815, teve que esperar até 30 de agosto de 1818, para a instalação oficial da nova “Villa Real do Brejo de Areia”. Nesse mesmo dia foi eleita a primeira Câmara Municipal, que à época se chamava “SENADO DA CÂMARA”. Nesse período das Câmaras Municipais, a Câmara exercia os poderes executivos e legislativos ao mesmo tempo.



Figura 1. Registro antigo na Sessão da Câmara Municipal de Areia-PB, antes conhecida como “Senado da Câmara”

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

Após a Proclamação da República, as Câmaras Municipais foram extintas pelo Decreto nº 07 de 01 de fevereiro de 1890. O Governo Provisório criou os Conselhos da Intendência para administrarem os municípios. Essas intendências eram compostas por três intendentes, nomeados pelo Governo do Estado, e que por ordem hierárquica eram denominados de: Presidente, Segundo Membro e Terceiro Membro, além de três Suplentes ou Substitutos. Nesse período Areia exerceu dez (10) Conselhos Municipais.

As Intendências Municipais foram extintas pela Lei nº 09 de 17 de dezembro de 1892. Para substituí-las, foram criados os Conselhos Municipais, que eram compostos nos casos das cidades de nove Conselheiros, eleitos para um mandato de quatro anos. Eles, após a posse, elegiam um Presidente e um Vice-Presidente, por um período de um ano, podendo ser reeleitos até o final do mandato. Os Conselhos Municipais exerciam os poderes executivos e legislativos ao mesmo tempo.

O Poder Legislativo Municipal permaneceu fechado de 10 de novembro de 1930, quando os Conselhos Municipais foram extintos, até 1935. Com a Promulgação da Constituição Estadual em 12 de maio de 1935, foram determinadas eleições para Prefeitos Municipais e Câmara de Vereadores, que aconteceu em 08 de setembro de 1935. A posse da Câmara aconteceu em 15 de dezembro de 1935.

Essa Câmara cujo mandato seria até 1939, foi fechada pelo golpe de Estado, que instituiu o Estado Novo. No dia 10 de novembro de 1937, o Poder Legislativo foi mais uma vez dissolvido por Getúlio Vargas. Após a redemocratização do País iniciada em 1945, no dia 12 de outubro de 1947, voltaram a ser realizadas eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.



Figura 2. Sessão Solene em frente à Câmara Municipal de Areia-PB, meados de 1930

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

5.2 Abram alas, elas estão chegando

Após esse processo de transformações históricas, nunca foi registrado efetivamente a presença feminina nesse cenário legislativo político. Após 141 anos, período que vai de 1818 a 1959, este papel cumpria-se apenas pelo poder masculino. Em 1959 houve o primeiro registro de uma mulher vereadora, e que ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Areia. Maria das Dores Monteiro Baracho era filiada ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro). De 1959 a 2013 as mulheres vêm ganhando espaço nessa conjuntura política, firmando e consolidando a sua participação e construção na sociedade que antes era congregada pela forte presença masculina.

Em pesquisas feitas através do Livro de Atas da Câmara Municipal de Areia, encontramos registros dos atos vivenciados pelos nobres Edis, contendo em suas entrelinhas fatos que sucederam na Casa de Manoel da Silva. Durante a pesquisa, encontramos apenas o

Primeiro Livro de Atas, que registra o período de 1954 a 1982, que faz referência ao mandato de Maria das Dores Monteiro Baracho, por esse motivo não há registros de sua participação e de suas atividades durante o seu mandato.

No dia 30 de novembro de 1959 é registrado no Livro de Atas da Câmara Municipal de Areia, o Termo de Posse da primeira vereadora eleita no município. Não foi apenas eleita vereadora, mas, teve a honra de ser a primeira mulher Presidente no Legislativo. Embora tenha encontrado esse valioso registro, nada mais consta sobre a participação de Maria das Dores Monteiro no Livro de Atas.

No dia 18 de outubro de 1973, Maria das Neves Sales de Araújo, quatorze anos depois, é a segunda mulher é eleita e assume a Presidência da Casa. Maria das Neves assumiu o posto de Presidente por dois anos, depois assumiu o posto de 2ª Secretária na Mesa Diretora e após novas eleições, passou para 1ª Secretária na Mesa Diretora. Seu mandato foi de quatro anos. Em 1977, é eleita terceira vereadora, Verônica Cunha Lima. Após seis anos, Dilza de Almeida Machado é eleita a quarta vereadora pelo PMDB, no ano de 1983 a 1989. Nas eleições seguintes a quinta vereadora (1989 a 1992) Izabel da Cunha Lima ganha uma cadeira no Poder Legislativo.

Em 1997 é eleita a primeira mulher prefeita no município de Areia, Ádria Perazzo Gomes, pelo PMDB, e apenas uma mulher ocupa uma cadeira na Casa de Manoel da Silva, a sexta vereadora, Maria Lúcia Souto dos Santos, filiada ao PDT.

Ádria Perazzo Gomes concorre à reeleição no ano de 2001, mas não ganha. No Poder Legislativo três cadeiras são ocupadas por mulheres: Maria Lúcia Souto Santos, reeleita pelo PDT, a sétima vereadora, Sandra Sousa de Sales Gondim e a oitava mulher eleita, Marluce Maurício de Oliveira.

Nas eleições de 2005, Maria Lúcia Souto dos Santos é novamente reeleita vereadora pelo mesmo partido, e Nelma Carneiro Cavalcante a nona mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo.

Em 2009, apenas Nelma Carneiro Cavalcante é eleita vereadora.

Em 2013, quatro mulheres assumem cadeiras no Legislativo: Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga (PRB), Nelma Carneiro Cavalcante, Severina Raimundo da Silva e Vanilda Honório, totalizando o número de treze mulheres a exercerem o mandato na Câmara Municipal de Areia.

Após 40 anos, uma terceira mulher é eleita Presidente da Câmara Municipal de Areia. Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga ocupou uma vaga como vereadora e foi eleita por maioria a ocupar o cargo de Presidente da Casa, como também foi a primeira mulher a receber um prêmio nacional pelo reconhecimento idôneo do seu trabalho. Ver se esse parágrafo pode

ficar.

A história política sobre a participação feminina na Câmara Municipal de Areia se deu através de muitos impasses, essa questão foi abordada por 50% das vereadoras entrevistadas. Em seus relatos todas falaram da dificuldade que encontraram desde a hora de filiação do partido como também no desenvolvimento do processo de campanha eleitoral. Os homens sempre dominaram os espaços da Câmara Municipal. O quadro abaixo demonstra claramente que houve um processo demorado na conquista de uma vaga no legislativo.

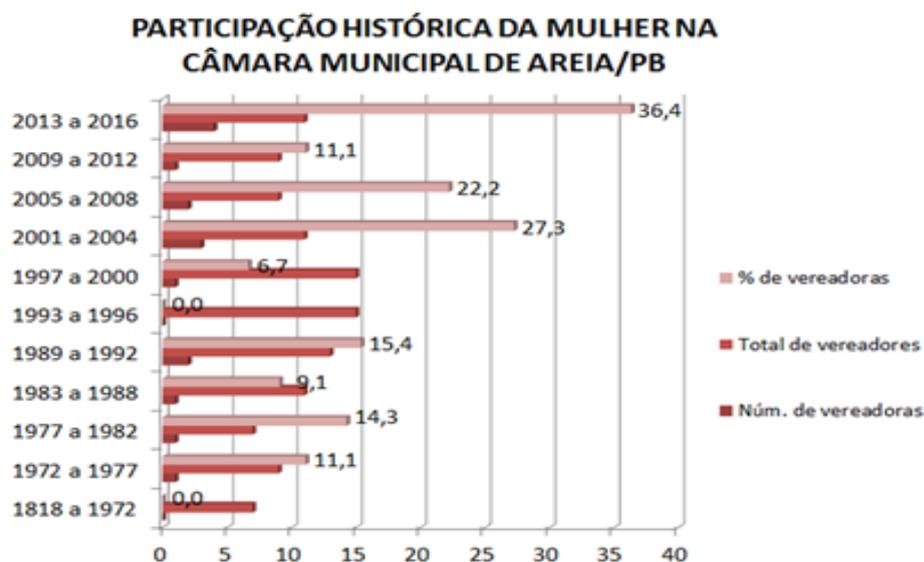


Gráfico1. Participação histórica da mulher na Câmara Municipal de Areia/PB

Fonte: Registro do Livro de Atas (CMA/PB)

Na coleta de dados verificou-se que a dominação masculina e a herança patriarcal predominou no cenário político da cidade de Areia por 155 anos, os dados confirmam que após o ano de 1973 até o presente momento, as mulheres tem quebrado esse conceito machista onde apenas os homens exerciam essa prática de poder. Aos poucos as mulheres vêm trazendo um novo aporte no espaço da política.

Outro ponto a destacar é sobre o empoderamento condizente aos cargos no Poder Legislativo, onde a mesma não poderia ocupar espaço na mesa diretora. Na história do Legislativo tivemos três (03) mulheres Presidentes.

Em relação à questão das cotas eleitorais têm sido eficazes para aumentar o número de mulheres nos quadros políticos do nosso município de Areia, embora percebe-se que o número de homens ainda é muito predominante nessa busca de espaço. O art. 11, § 3º, da Lei n. 9.100/1995 diz que trinta por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidos por candidaturas de mulheres. Apesar de alguns partidos sentirem dificuldades em preencher essas vagas é notório observar que de 1992 até o presente

momento as vagas vem sendo preenchidas por mulheres que desejam ganhar espaço nas práticas políticas. Ainda é pouco essa representação, mas entendemos que é bastante válido, pois de certa forma a cidade de Areia-PB tem quatro mulheres vereadoras representando os interesses do universo feminino na Câmara Municipal.

Nesse tópico falaremos sobre as vereadoras que foram entrevistadas durante a pesquisa. No universo de 13 vereadoras apenas cinco vereadoras responderam ao questionário aplicado, atingindo um percentual de 50% da pesquisa. As demais vereadoras não participaram da entrevista devido ao cumprimento de agenda e porque não houve a compreensão por parte das mesmas em diferenciar o alinhamento da pesquisa da política.

Na metodologia, foi adotada a pesquisa de campo. A técnica aplicada se deu através da técnica de entrevista em profundidade.

A coleta de dados se deu através de entrevista e questionários, em relação às entrevistas a amostra contou com dez mulheres. Das 11 vereadoras entrevistadas, apenas 04 estão no exercício do mandato e 03 vereadoras foram a óbito. Dessa amostra 07 vereadoras participaram efetivamente dos questionamentos citados na entrevista, totalizando uma margem de 53% de entrevistadas.

5.2.1 Afinal, quem são elas? Porque razões decidiram entrar na política? O que aprenderam sobre poder local, sobre si mesmas como mulher e como política?

MARIA DAS DORES MONTEIRO BARACHO

No dia 30 de novembro de 1959 é registrado no Livro de Atas da Câmara Municipal de Areia, o Termo de Posse da primeira vereadora eleita no município. Não foi apenas eleita vereadora, mas, teve a honra de ser a primeira mulher Presidente no Legislativo. Embora tenha encontrado esse valioso registro, nada mais consta sobre a participação de Maria das Dores Monteiro no Livro de Atas.



Figura 3. Maria das Dores Monteiro Baracho. 1ª mulher Presidente da Câmara Municipal de Areia/PB

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

Em relatos feitos por membros da sociedade, Maria das Dores Monteiro Baracho foi uma mulher muito atuante, possuía temperamento forte. No exercício do seu mandato teve dificuldade de permanecer como Presidente da Casa de Manoel da Silva sofreu várias pressões dos vereadores eleitos e por fim acabou cedendo a sua cadeira de Presidente para um homem. Maria das Dores faleceu antes da entrevista acontecer, por esse fato não pode ser entrevistada.

MARIA DAS NEVES SALES DE ARAÚJO

No dia 18 de outubro de 1973, Maria das Neves Sales de Araújo, quatorze anos depois, é a segunda mulher é eleita e assume a Presidência da Casa. Maria das Neves assumiu o posto de Presidente por dois anos, depois assumiu o posto de 2ª Secretária na Mesa Diretora e após novas eleições, passou para 1ª Secretária na Mesa Diretora.



Figura 4. Maria das Neves Sales de Araújo. Segunda mulher Presidente da Câmara Municipal de Areia/PB

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia

Seu mandato foi de quatro anos. Maria de Neves viveu um trajeto bastante difícil, pois naquela época as coisas eram bastante diferentes. Entrou na política porque sempre acreditou no seu potencial e conseguiu superar os olhos discriminatórios de uma sociedade praticamente dominada por homens e com tamanha habilidade que revolucionou a história política da nossa cidade. Filiada ao MDB ela superou todo preconceito e resistência machista. No ano de 1973 aos 18 anos de idade Maria das Neves foi a segunda mulher eleita Vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Areia-PB. Dona de uma personalidade forte, conseguiu vencer todas as barreiras impostas por uma época onde imperava o coronelismo, era a única mulher frente a sete homens, conseguiu se destacar numa época onde a figura masculina prenominava nosso cenário político. Quanto a questão do Poder Local, Neves comenta que era uma época muito

difícil, os vereadores não recebiam salários, todos trabalhavam porque gostavam e queria ver o progresso da cidade. O prefeito ajudava no que podia, pois era tudo muito diferente da realidade de hoje. No que se refere a mulher como indivíduo e como política posso afirmar que tudo foi ensinamento, na época em que fui vereadora em minha cidade eu tinha apenas dezoito anos de idade, era muito nova, mas todos me conheciam por ter uma personalidade muito forte e isso me ajudou bastante para que eu fosse respeitada tanto para aqueles que tinham um olhar preconceituoso como para os colegas vereadores, disse.

VERÔNICA CUNHA LIMA

Em 1977, é eleita terceira vereadora. Verônica não participou da entrevista, pois, já faleceu.

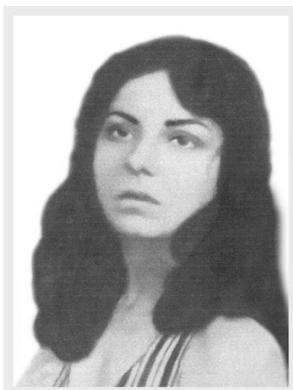


Figura 5. Verônica Cunha Lima. 3ª mulher vereadora eleita em 1977

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

DILZA DE ALMEIDA MACHADO

Após seis anos Dilza de Almeida Machado é eleita à quarta vereadora pelo PMDB, no ano de 1983 a 1989. Dilza não foi entrevistada por não mais residir na cidade de Areia-PB, não conseguimos localizá-la.



Figura 6: Dilza de Almeida Machado. Quarta mulher eleita vereadora 1983-1989

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

IZABEL DA CUNHA LIMA E MARIA DO SOCORRO SANTOS

Nas eleições (1989 a 1992) foram eleitas Izabel da Cunha Lima e Maria do Socorro Santos ganham uma cadeira no Poder Legislativo.

Izabel não foi entrevistada porque não mora mais na cidade de Areia-PB, enviamos mensagens através do correio eletrônico e não obtivemos respostas.



Figura 7. Izabel da Cunha Lima. Quinta mulher eleita vereadora 1989-1992

Fonte: Acervo Cultural da Câmara Municipal de Areia-PB

MARIA DO SOCORRO SANTOS

Maria do Socorro Santos faleceu antes de terminar o seu mandato de vereadora.



Figura 8. Maria do Socorro Santos. Quinta mulher eleita vereadora 1989-1992

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

MARIA LÚCIA SOUTO DOS SANTOS

Em 1997 apenas uma mulher ocupa uma cadeira na Casa de Manoel da Silva, a sexta vereadora, Maria Lúcia Souto dos Santos, filiada ao PDT.



Figura 9. Maria Lúcia Souto dos Santos. Sexta mulher eleita vereadora 1997-2001

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

Em entrevista cedida pela ex-vereadora a mesma relatou que decidiu entrar na política para colaborar com a sociedade, participando ativamente, ouvindo as vozes da população e com isso tentava melhorar a vida dos munícipes. Na sua experiência política chegou à conclusão de que: “O Poder Local ainda é uma área muito difícil e que há muitas dificuldades para se trabalhar. As pessoas não fazem o que desejam e o que pensam, sentem-se inibidas e tem medo de sofrerem retaliações, muitas são manipuladas, não pensam no todo e falta maior integração das pessoas e o poder público, ou seja, entre o gestor e a própria sociedade, disse”. Sobre a questão de como a mesma se ver como indivíduo e como mulher falou que aprendeu bastante no campo político e que é muito difícil de trabalhar por ser sensível e sincera sofreu muito, pois no meio político e partidário há muitas coisas erradas e isso é um ponto forte para desencantar com todo processo. Embora tenha encontrado muitas dificuldades se sente feliz por ter aprendido muito com o meio político, foi uma experiência válida e que a fez sentir-se mais forte, disse.

No tocante aos colegas de trabalho disse que tinha uma boa relação entre todos, não encontrou dificuldades em trabalhar. No começo sentiu, mas diante das suas ações, modo de agir e de ser acabou adquirindo respeito entre os colegas. No meio de 14 homens passou a ser respeitada e elogiada, para Lúcia é muito importante ter educação, discernimento e muita firmeza.

Seu último mandato foi no ano de 2005, se candidatou e não conseguiu a reeleição. Em suas palavras falou que saiu da política de cabeça erguida na certeza que cumpriu muito bem o seu papel.

Em 2001, três cadeiras são ocupadas por mulheres: Maria Lúcia Souto Santos, reeleita pelo PDT, a sétima vereadora, Sandra Sousa de Sales Gondim e a oitava mulher eleita, Marluce Maurício de Oliveira.

SANDRA SOUSA DE SALES GONDIM

Sandra Sousa de Sales Gondim, sétima vereadora a Legislar na Câmara Municipal de Areia-PB. Decidiu entrar na política porque acreditava que legislando teria mais força para atender os reclames da população e assim poderia ajudar e contribuir ainda mais.



Figura 10. Sandra Sousa de Sales Gondim. Sétima vereadora eleita. 2001-2004

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

Ela relata que a experiência foi muito boa, mas questionou sobre a forma de trabalhar no tocante a transparência e honestidade. Acreditou que poderia fazer muito mais pela população, mas não foi tão fácil. Na questão do Poder Local ela acredita que poderia haver maior interação entre os poderes, como também deveria haver maior participação das pessoas nas reuniões da Câmara. A parte boa é que há uma maior proximidade entre o vereador e as comunidades. O fato de ser mulher não impediu de vencer as dificuldades encontradas no trajeto da política, sempre teve o apoio da família e dos amigos, quanto aos colegas vereadores a princípio sentiu um pouco de preconceito, mas que foi superado ao longo do mandato. Sandra Sales não se candidatou novamente, decidiu tomar conta dos seus negócios e da sua família.

MARLUCE MAURÍCIO DE OLIVEIRA

Marluce Maurício de Oliveira ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Areia-PB no ano de 2001. Decidiu entrar na política devido ao apoio dos amigos de trabalho que a impulsionaram para entrar na esfera política, pois, na época trabalhava na educação e tinha um trabalho bastante relevante e reconhecido pela população. Seu aprendizado no Poder Local foi muito positivo, apesar de encontrar barreiras nas questões partidárias soube trabalhar com firmeza em seus projetos. O fato do gestor não ver a administração para o bem comum fez com que muitas vezes se sentisse impotente. Como mulher encontrou apoio na família e nos amigos.



Figura 11. Marluce Maurício de Oliveira. Oitava mulher eleita vereadora 2001-2004

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

A sua imagem como política também considera positiva e até hoje é reconhecida pelos seus feitos. Se sente orgulhosa por ter representado a figura feminina em seu mandato. Quanto a questão aos colegas de trabalho, os vereadores a princípio não tinham bons olhos, havia certo preconceito, mas no decorrer dos trabalhos adquiriu respeito entre todos eles. Marluce Maurício tentou a reeleição, mas não obteve sucesso.

Em 2005, Maria Lúcia Souto dos Santos é novamente reeleita vereadora pelo mesmo partido, e Nelma Carneiro Cavalcante a nona mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo.

NELMA CARNEIRO CAVALCANTE

Em 2009, apenas Nelma Carneiro Cavalcante é eleita vereadora, decidiu entrar na vida política, pois sendo filha de pai vereador por cinco Legislaturas consecutivas, a política já fazia parte da sua vida. O tempo foi passando e vendo tantas desigualdades sociais, isto a

preocupava muito e se viu tocada pelos sofrimentos dos menos favorecidos, sentiu a necessidade de contribuir com os ensinamentos do seu pai que tanto fez em prol das pessoas carentes do município.

Sobre o Poder Local sabemos que nem tudo que é proposto e sonhado é realizado. Muitos são os desafios encontrados pelos mesmos, mas, nem por isso devemos desistir dos nossos sonhos, o chamado para ocupar nossos cargos é muito maior que os entraves encontrados no meio do caminho. Tudo é um aprendizado. Nunca devemos esquecer que maior do que os desafios, foi a credibilidade que os nossos munícipes depositaram em nós como seus legítimos representantes.



Figura 12. Nelma Carneiro Cavalcante. Nona mulher eleita vereadora 2005-2009

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

Sobre a questão de gênero, sabemos que tradicionalmente todos nós percebemos que o preconceito existe e ainda é encontrado no meio das mulheres. Este preconceito ao longo dos anos vem se quebrando, e a mulher a cada dia ocupa lugares diferenciados e importantes na sociedade, isto não me intimida, disse. Quanto às dificuldades encontradas entre os colegas vereadores afirma que tem um bom relacionamento como todos, no início se depararam com algumas diferenças de pensamentos, mas tudo foi solucionado e superado. Nelma Carneiro já está no terceiro mandato.

Em 2013, quatro mulheres assumem cadeiras no Legislativo: Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga (PRB), Nelma Carneiro Cavalcante, Severina Raimundo da Silva e Vanilda Honório, totalizando o número de treze mulheres a exercerem o mandato na Câmara Municipal de Areia.

ANA PAULA GOMES PEREIRA GONZAGA

Em 2014 Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga é eleita vereadora e conseqüentemente é apontada para disputar as eleições da Mesa como Presidente. Candidata única ganha a eleição da Mesa e torna-se a terceira mulher a ocupar a Presidência da Casa de Manoel da Silva para o biênio 2013-2014. Decidiu entrar na política porque tinha um grande objetivo de trabalhar pelo bem comum. Ela sempre acreditou que poderia haver uma boa integração entre as esferas do poder e que um bom diálogo seria positivo para a inserção das políticas públicas.



Figura13. Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga. 11ª vereadora eleita e 3ª mulher Presidente da CMA 2013-2016

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

A sua visão como indivíduo e como mulher no processo de construção seria muito importante, pois, a mulher tem um olhar diferenciado para as coisas e para as causas. No que se refere à questão de gênero sentiu a princípio um olhar diferenciado entre os vereadores do sexo masculino, mas aos poucos foi conquistando o respeito de todos.

SEVERINA RAIMUNDO DA SILVA

Foi eleita em 2013. Decidiu ingressar na vida política porque sempre acreditou que poderia fazer muito mais, já que há muitos anos trabalha na área de saúde no Hospital Municipal de Areia. Severina relatou que mora em um bairro muito carente e sempre ajudou os moradores da comunidade e candidatar-se foi um desafio, de modo que se ganhasse ajudaria ainda mais os necessitados do bairro. Sobre o exercício do Poder Local, entende que há muitas dificuldades tanto por parte do Poder Executivo, como o Legislativo, outro ponto que considera negativo é a falta de interesse por parte da população que não participa efetivamente das discussões realizadas nas sessões ordinárias da Câmara.



Figura14. Severina Raimundo da Silva. 12ª vereadora eleita 2013-2016

Fonte: Câmara Municipal de Areia-PB

Quanto ao que se refere à questão da mulher no meio político, não ver nenhuma dificuldade, pois, sempre se manteve em seu lugar mantendo o respeito e oferecendo respeito aos demais colegas, em suas palavras apenas questionou que deveria haver mais união entre os colegas vereadores.

VANILDA HONÓRIO

Vanilda Honório foi eleita em 2013. Sempre morou na zona rural e por esse motivo sentia muita necessidade que alguém representasse os moradores da região, por esse motivo resolveu candidatar-se. Vanilda declara que há muitas dificuldades a serem enfrentadas pelos poderes que exercem dentro do município.



Figura 15. Vanilda Honório. 13ª vereadora eleita 2013-2016

Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Areia-PB

O Executivo tem suas limitações, assim como o Legislativo também, mas ambos estão a procura de melhorar. Como indivíduo e como mulher entende que a luta ainda é maior, pois além de cuidar das atividades de casa e assumir as responsabilidades da família, ainda deve cumprir com a demanda de toda a sua região. Conforme sua fala em entrevista:

Vanilda também revela que há muito que fazer, há grandes dificuldades que aos poucos vamos conseguindo resolver. A comunidade é grande e os pedidos são imensos (Vanilda)

Sente-se orgulhosa em ser vereadora por poder representar o seu povo, disse. Quanto aos colegas vereadores, Vanilda não sentiu nenhum ato de rejeição pelo fato de ser mulher.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que a dominação masculina e a herança patriarcal predominou no cenário político da cidade de Areia por 155 anos, os dados confirmam que após o ano de 1959 até o presente momento, as mulheres tem quebrado esse conceito machista onde apenas os homens exerciam essa prática de poder. Aos poucos as mulheres vêm trazendo um novo aporte no espaço da política.

Outro ponto a destacar é sobre o empoderamento condizente aos cargos no Poder Legislativo, onde a mesma não poderia ocupar espaço na mesa diretora. Na história do Legislativo tivemos três (03) mulheres Presidentes, (05) mulheres 1ª secretárias na Mesa Diretora e (02) mulheres 2ª secretária na Mesa Diretora, haja vista que por muito tempo apenas os homens dominavam esses espaços.

Em relação à questão de das cotas eleitorais, percebemos que a mesma tem sido eficaz para aumentar o número de mulheres nos quadros políticos do nosso município, embora percebe-se que o número de homens ainda é muito predominante nessa busca de espaço. O art. 11, § 3º, da Lei n. 9.100/1995 diz que vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidos por candidaturas de mulheres”. Apesar de alguns partidos sentirem dificuldades em preencher essas vagas é notório observar que de 1992 até o presente momento as vagas vem sendo preenchidas por mulheres que desejam ganhar espaço nas práticas políticas.

Sobre as análises das entrevistas aplicadas foi observado que as respostas apresentadas pelas vereadoras tiveram resultados semelhantes. Na questão que envolve o porquê das mesmas se interessarem pela política, todas responderam que se envolveram na vida política porque tinham anseios em resolverem os problemas sociais, como também trabalhar pelos menos favorecidos. No aspecto que tratar do Poder Local, ambas relatou que existem dificuldades para interagir com o Executivo e que na maioria das vezes não são atendidos os pedidos (requerimentos) solicitados por elas. A cerca da questão que trata sobre ser mulher e ser política, todas se sentiram realizadas, pois puderam exercer dignamente o seu mandato. Sobre a questão que envolve o preconceito entre os vereadores, todas relataram que no início havia rejeição, mas com o decorrer do tempo passaram ser respeitadas.

Em geral, pode-se avaliar que apesar do avanço nesse espaço estruturado a atuação feminina tem conquistado seus direitos políticos apesar de tardia. O sua ingresso nesse espaço democrático produziu enormes contribuições nos patamares políticos e sociais. Apesar do desequilíbrio na ocupação das vagas as mulheres têm atuado de forma expressiva em todo

contexto político e social, em particular no que se refere às suas práticas e representações,

Ao longo desse trabalho procurou-se traçar a trajetória política da mulher particularmente no Poder Legislativo no município de Areia nos últimos cinquenta anos. Inicialmente, apresentou-se um panorama histórico da Câmara Municipal de Areia. Os dados revelam que houve uma persistente ausência feminina nesse processo de construção e que após 155 anos a mulher conseguiu representar uma instituição de poder. Isso significa que historicamente uma mulher com sua capacidade política puderam quebrar os grilhões presos por uma época marcada pelo coronelismo.

Destacou-se, porém, que houve uma baixa presença feminina nessa esfera, mas que no desenrolar dessa construção, algumas mulheres ousaram a transcender o imaginável, ou seja, começaram a mostrar-se, a pensar, a participar. Apesar da cidade de Areia ser habitada por uma população machista e com pensamentos arcaicos onde reinava o coronelismo, essas guerreiras quebrou a voz do silêncio e ocuparam os postos decisórios de poder político de todo modo, o entendimento de que às mulheres cabe neste cenário político, podemos reconhecer que essas vozes outrora excluídas podem ser aceitas e ouvidas. O processo de desenvolvimento e a democracia representativa não existem sem a presença feminina. As mulheres brasileiras enfrentaram vários desafios no século XX, venceram alguns e avançaram em outros, conseguiram romper as barreiras construídas sobre uma sociedade sexista, e que aos poucos vem permeando novos caminhos, essa visão humana da mulher é transformadora e abre todos os espaços que outrora parecia intocável. Entendemos que é na política e nos espaços de poder que as mulheres encontram os maiores entraves para romper com as condições de exclusão. É importante a presença das mulheres na política no tocante da defesa de uma agenda feminista de caráter universal e emancipatório e que contribua para a construção de uma sociedade justa sem exploração e opressão.

O Marques de Condorcet “de quem a morte em 1794 desproveu as mulheres de uma voz forte” nas palavras de Scott (2005), foi defensor pioneiro do voto feminino. Em 1790 ele escreveu o seguinte: *“Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito do outro, seja qual for sua religião, cor ou sexo, desde logo abjurou os seus”* (Condorcet, 1991, p. 23).

As palavras de Condorcet continuam válidas até hoje. As mulheres brasileiras conseguiram grandes conquistas no século XX. O século XXI começa com maior igualdade de gênero. Os obstáculos para uma sociedade com efetiva equidade de gênero que estão colocados não serão uma barreira para um salto feminino ainda maior rumo a uma sociedade que seja justa em todos os aspectos da sua vida cotidiana.

Entendemos que apesar do avanço nesse espaço estruturado a atuação feminina tem conquistado seus direitos políticos apesar de tardia. O seu ingresso nesse espaço democrático produziu enormes contribuições nos patamares políticos e sociais. Apesar do desequilíbrio na ocupação das vagas, as mulheres têm atuado de forma expressiva em todo contexto político e social, em particular no que se refere às suas práticas e representações.

Por fim, para que haja maior participação do bloco feminino no cenário político e demais instâncias do poder, é necessário que as mulheres, independente dos empecilhos discriminatórios, busquem uma formação política, estejam presentes nos assuntos da comunidade no bairro, nos distritos, na cidade, no Estado e no País e participem ativamente das transformações e decisões nas políticas públicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERVOS Fotográficos da Câmara Municipal de Areia, Paraíba

ALBUQUERQUE, Otacílio de. **Época. Vida.** Obra. Editora Minerva LTDA. Rio de Janeiro, 1960

ALMEIDA, de Horácio. **Brejo de Areia. Memórias de um município.** Ministério da Educação. Rio de Janeiro, 1957

ATAS, Livros período 1959 a 2013

BARRETO, Ezilda Milanez. **À Sombra da Gameleira,** 1975

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo,** vol.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDINO, Joaze “**Ação Afirmativa no Brasil: A Construção de uma Identidade Negra**”. In Caetano E. P. Araújo et al (orgs.), *Política e Valores*. Brasília, Ed. da UnB, (2000)

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulheres e Política na Paraíba: histórias de**

CONDORCET. **Palavras de homens (1790-1793).** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia. História e Grandes Temas.** 16.ed.reform. e ampl.-São Paulo: Saraiva, 2006

Editora da UFPB, 2010. 268 p.

GROSSI, Míriam Pillar e Sônia Malheiros Miguel. **Transformando a diferença: as mulheres na política.** Rev. Estud. Fem. vol.9 no.1 Florianópolis 2001

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>. Acessado em 28-10-2014

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>. Acessado em 28-10-2014

<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/10/06/cresce-percentual-de-mulheres-entre-senadores-eleitos>. Acessado em 28-10-2014

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política.** Campina Grande: EDUEPB, 2011.

Paraíba. **Histórias de vida e luta.** João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba,

Paraíba: **História de vida e luta.** João Pessoa: Editora Universidade da UFPB. 2010

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política, uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos) 224p.

Portal Brasil. Por Portal Brasil Publicado: 16/02/2012. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/02> Acessado em 28/10/2014

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Mulher e Política na

RABAY, Gloria. **Mulheres na Política e Autonomia**. Tese de doutorado PPGCS/UFRN Natal, RN, 2008

SAFFIOTI, H.I.B. **Rearticulando gênero e classe social**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SARTRE, J. P. **O Existencialismo é um Humanismo**. (Os Pensadores). 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

Senado Federal. Rodrigo Batista. 06/10/2014. Disponível em <http://www.senado.gov.br/> Acessado em 30/10/2014

SEPM. **Com todas as Mulheres, por todos os seus direitos**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: Aecid, 2010

SILVA, Walmyr Jorge Freitas. **A efetividade da Política de Cotas para as Mulheres nos Partidos Políticos: uma revisão teórica**. Especialização UFOP. Belo Horizonte, 2012

Vida e Luta. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.

VIEIRA, Eudésia. **A mulher**. Revista Era Nova, João Pessoa, n. 24, p. 08, 15 abr. 1922

6. APÊNDICE

A – Questionário Aplicado às vereadoras entrevistadas.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A DISTÂNCIA

Questionário Aplicado

Questão 1- O que motivou entrar na política?

Questão 2- Quais as dificuldades que você encontrou no Poder Local? Questão 3-

De que forma você se vê como mulher e como agente político? Questão 4- Você sentiu algum tipo de preconceito entre os “colegas vereadores”?